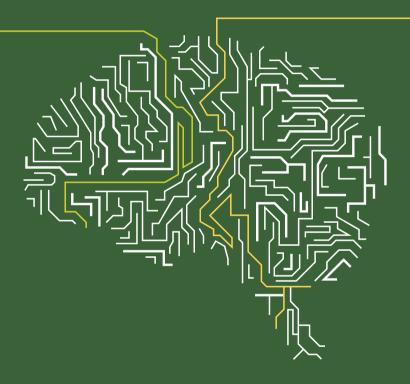
ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE

A CAPACITAÇÃO

DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

N.º 5 : JAN 2018



REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



TEMA EM DESTAQUE
A CAPACITAÇÃO
DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA. RECREIO E DESPORTO

FICHATÉCNICA

ANÁLISE ASSOCIATIVA 2018 (N.º 5) "A CAPACITAÇÃO DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS"

DIRETOR:

SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:

AMÉRICO MENDES

Universidade Católica - Porto

ARTUR CRISTÓVÃO

UTAD

ARTUR MARTINS

GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO

Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA

Investigadora

JOSÉ ORNELAS

ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS

ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO

Universidade Lusófona

LUÍS MORFNO

Instituto de Geografia

e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda. Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

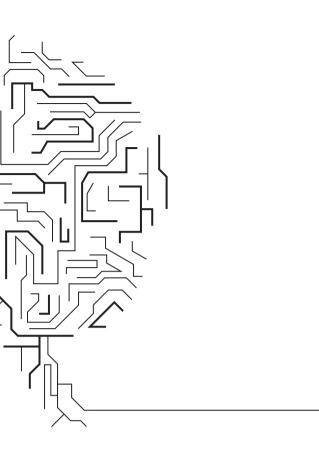
Depósito legal: 384231/14 Impressa em Janeiro de 2018

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado-além do uso legal como breve citação em artigos e estudos-sem prévia autorização dos autores.

ÍN**DICE**

4	NOTA DE ABERTURA, Augusto Flor
12	EDITORIAL, <i>Sérgio Pratas</i>
18	TEMA EM DESTAQUE – A CAPACITAÇÃO DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS
20	ESTUDO DE OPINIÃO DO PROJETO. RELATÓRIO FINAL, Pedro Costa Malheiro & Associados
50	TERCEIRO PONTO: ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A COLECTIVIDADE, Victor Carapinha
56	O PROJETO DE CAPACITAÇÃO A PARTIR DO GABINETE NORTE, Adelino Soares
62	O PROJETO DE CAPACITAÇÃO DA CPCCRD, Carlos Franco
66	GRANDE REPORTAGEM – CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL
69	1.º CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL - 2017
71	SESSÃO DE ENCERRAMENTO ISCTE - LISBOA
76	CONSELHO NACIONAL (Extraordinário) - RESOLUÇÃO ASSOCIATIVA
84	ESTUDOS
86	ASSOCIATIVISMO CULTURAL, CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE, André Principe
L06	O MEU OLHAR SOBRE O ASSOCIATIVISMO, Luís Filipe Maçarico
L16	REPERTÓRIO PARA INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS, Conselho Municipa do Associativismo de Loures
L24	PUBLICAÇÕES
L26	LIDERANÇA COMUNITÁRIA. ESTUDO COLABORATIVO COM DIRIGENTES ASSOCIATIVOS
L34	CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO





AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA CPCCRD

NOTADEABERTURA

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL

Membros do Conselho Nacional da Economia Social - CNES

Importância de ter assento no CNES

om a entrada da nossa Confederação para o CNES (12 dezembro de 2012), tendo em conta a luta travada desde 2003 a partir da publicação da Lei 34/2003, de 22 de agosto, ficou claro que, por fim, algum reconhecimento começava a existir sobre este importante Movimento Associativo Popular e sobre a sua legítima representante, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Não tardou darmo-nos conta das naturais diferenças e perspectivas das várias entidades sobre o modelo social existente. Entidades existiam que sempre tiveram assento neste órgão que foi criado pela Resolução 55/2010, de 22 de julho, do Conselho de Ministros. Algumas delas tinham assento noutros órgãos de igual relevo como o Conselho Económico e Social - CES. O seu "estatuto" com base na antiguidade e nas perspectivas

político-sociais proporcionavam relações de privilégio, quando comparadas com o nosso movimento e a nossa Confederação. Percebemos também que, entre as entidades do CNES e algumas entidades com assento em outros órgãos de aconselhamento dos Governos, as assimetrias eram ainda maiores.

Uma das assimetrias identificadas era o acesso a fundos comunitários. Algumas entidades tinham acesso permanente a fundos, enquanto outras desesperavam pela abertura de Avisos de Candidatura. Outras, como nós, nem tão pouco nos podíamos candidatar. Foi assim que, resultado do debate no interior do CNES quanto à aplicação do Quadro Comunitário 2014/2020, surgiu a oportunidade de criar um fundo próprio, tendo sido, inicialmente, designado como "Capacitação institucional das entidades do CNES". A entidade responsabilizada foi o POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e o Aviso de Candidatura foi publicado a 30 de Abril de 2015.

Desde logo fomos informados das várias fases (1ª 2015/2017; 2ª 2018/2020; 3ª 2021/2022) e do montante disponível de 8M€ que, comparativamente com outros sectores, manifestou-se bastante reduzido. Outro aspecto, não menos importante, foi aquele que determinava quem era o público-alvo. Mais uma vez vieram ao de cima as diferenças entre as entidades do CNES. No nosso caso concreto, era essencial que o projecto abrangesse o maior número de Dirigentes Associativos Voluntários. Assim, após alguma discussão e nossa insistência, foi convencionado que podiam participar neste projeto todos os Dirigentes Associativos Nacionais (70 eleitos em lista da CPCCRD) e os Presidentes das Estruturas Descentralizadas por serem, por inerência, membros do Conselho Nacional da Confederação. No total, os Dirigentes elegíveis abrangidos neste projecto passou dos 100 elementos.

Diagnóstico, concepção e submissão

Quando se iniciou este processo, a Direcção da Confederação traçou um conjunto de objectivos estratégicos. Na 1ª Fase (2015/2017), instalar Gabinetes e desenvolver actividades estruturantes e descentralizadas de forma a melhorar a proximidade física com as colectividades e seus dirigentes, complementada por meios informáticos como a Plataforma MAP e a Formação presencial. Na 2ª Fase (2018/2020), preparar estes Gabinetes de forma a serem gradualmente auto suficientes, autónomos do Gabinete Central, adquirirem a capacidade de elaborar diagnósticos das necessidades e procurarem soluções e apoios. Na 3ª Fase (2021/2022), reforçar a capacitação dos Dirigentes dos Gabinetes regionais para que estes contribuam para a capacitação dos Dirigentes locais e assim possam identificar necessidades e ter iniciativa própria.

A partir de um diagnóstico efectuado pela Direcção, e ouvidos o maior número de colegas Dirigentes, foi elaborada uma candidatura que foi submetida a 31 de Julho de 2015. O desenvolvimento do projecto deveria ser de 24 meses, uma vez que estava previsto iniciar a 1 de Dezembro de 2015 e terminar a 30 Novembro de 2017. A resposta a esta nossa candidatura só foi dada pelo POISE a 29 Julho de 2016 o que atrasou o arranque e desenvolvimento das actividades em 8 meses. Para além do atraso já referido, o projecto foi aprovado com um corte de 48% o que obrigou a uma profunda reformulação do mesmo.

Uma vez aceites as condições de tempo e financiamento que nos foram impostas, demos início aos procedimentos obrigatórios de selecção de pessoal especializado, definição das funções do nosso pessoal efectivo interno, afecto ao projecto, e à contratação de empresas prestadoras de serviços e venda de bens. Tudo foi efectuado na observância dos princípios da contratação pública e nos termos da lei.

As actividades foram-se desenvolvendo dando-se prioridade à instalação dos Gabinetes Regionais: Gabinete Norte sedeado no Porto (Viana do Castelo; Braga; Bragança; Vila Real; Porto e Aveiro), Gabinete Centro sedeado em Santarém (Viseu; Coimbra; Castelo Branco; Guarda; Leiria e Santarém) e Gabinete Sul sedeado em Lisboa (Lisboa; Setúbal; Portalegre; Évora; Beja e Faro) compostos, cada um deles, por três Dirigentes voluntários e funcionárias administrativas. O Gabinete Sul funcionou também como coordenação, composto por uma Socióloga, um Jurista e um Contabilista. A criação dos Gabinetes foi determinante para o bom funcionamento do projecto. Alargou-se o número de Dirigentes nacionais envolvidos, criaram-se postos de trabalho a tempo inteiro e a tempo parcial.

Por sua vez, actividades como a Formação presencial dos Dirigentes e a criação da Plataforma MAP que veio substituir o "Portal da CPCCRD", foram uma mais-valia que se torna evidente a cada dia que passa. A sua enorme diversidade e operacionalidade permitem aceder a informação relevante em vários níveis, realizar contactos intra e extra associativos, consultar assuntos de interesse geral e específicos como a Base de Dados Nacional de entidades associativas, o Acervo Digital da Confederação, a publicação digital das Edições da Confederação existentes em papel ou o pagamento da Quota pela via digital. É uma autêntica revolução associativa.

A participação dos colegas Dirigentes, quer da Confederação, quer das Estruturas Descentralizadas, particularmente na Formação presencial, foi bastante positiva, tendo atingido os 101 participantes. Motivados pelo que iam sentindo nos colegas que já participavam, muitos outros colegas que não estavam registados ou elegíveis como público-alvo, colocaramnos a necessidade e vontade de, no futuro, poderem participar no processo de Capacitação.

Esta experiência trouxe um conjunto de novas boas práticas que importa realçar: descentralização efectiva de actividades da Confederação; maior envolvimento de Dirigentes nacionais, regionais e locais; intercooperação entre Dirigentes e entre trabalhadores dos vários pólos de atendimento associativo; desenvolvimento da prática de contratação pública; renegociação regular de contratos de aquisição de bens e serviços com terceiros; qualificação de Dirigentes em importantes áreas como, entre outras, gestão, tecnologias de informação e comunicação, candidaturas.

Nesta última vertente, há a destacar os exemplos do Gabinete Norte (Porto) e Gabinete Centro (Marinha Grande) que, com o apoio do Gabinete Coordenador, conceberam e submeteram candidaturas ao Portugal Inovação Social pela primeira vez. Independentemente do resultado das candidaturas, o que deve ser realçado é o facto de os Dirigentes terem tomado a iniciativa e desenvolvido os processos complexos e exigentes da candidatura. Podemos afirmar que se traduziu numa evidência, num resultado concreto, do projecto de Capacitação.

A criação do logotipo, produção de materiais de promoção e divulgação impressa em vários suportes, participação em Feiras Temáticas da área social, artigos publicados no Elo Associativo Digital, publicação da Análise Associativa dedicada à 1ª Fase, Sessões do Conselho Nacional da Confederação ou a referência sistematizada ao projecto da Capacitação nas centenas de representações associativas que tivemos oportunidade de fazer, contribuíram para a disseminação e visibilidade deste importante projecto.

Por outro lado, não menos importante, devemos destacar o Estudo de Opinião que veio permitir que uma equipa independente de especialistas na área das Ciências Sociais estudasse metodologicamente este projecto

e manifestasse a sua opinião sobre o mesmo. A sua publicação na Revista Análise Associativa será um contributo para, de forma científica, ser demonstrada a importância deste processo e dos impactos na instituição e no nosso movimento associativo.

Por fim, há a salientar a Avaliação por uma entidade externa que, para além de ser obrigatória, é efectuada por uma prestigiada e reconhecida entidade do ensino superior e que teve por função acompanhar, monitorizar e avaliar de forma regular e permanente o desenvolvimento do projecto. Esta prática garante ao Estado, enquanto entidade financiadora, que os pressupostos iniciais da candidatura foram satisfeitos na medida e na proporção dos meios disponibilizados.

Lições a tirar desta primeira Fase

O grau de exigência técnico administrativo e burocrático deste projecto criou vários constrangimentos à nossa Confederação. Desde logo porque o sistema de reembolso das despesas obriga a que tenhamos meios financeiros disponíveis num volume que não possuíamos. Apesar dos adiantamentos efectuados pelo POISE e CASES (15%), as despesas submetidas de 2 em 2 meses aguardaram por vários meses para serem certificadas e reembolsadas por estas duas entidades, obrigando a uma gestão muito exigente, à contratação de uma conta caucionada e à compreensão dos nossos fornecedores.

Não obstante a nossa insistência, entre a primeira Fase (2015/2017) e a apresentação da candidatura à segunda Fase que aguarda decisão (submetida a 28 Setembro 2017), não foi feita qualquer avaliação colectiva por parte das entidades do CNES e destas com o POISE que, em nosso entender, prejudica o desenvolvimento da mesma por falta de crítica e de naturais acertos procedimentais que se impunham. Esta

nossa crítica não é dirigida à equipa técnica do POISE de quem recebemos todo o apoio e informação pertinente e permanente.

A primeira fase que agora termina, apesar de ter sido desenvolvida em apenas 16 meses dos 24 que eram espectáveis, foi muito positiva, cumpriu no essencial os seus objectivos e deixou um conjunto de referências e experiências que muito contribuirão para a segunda fase (2018/2020) e terceira fase (2021/2022).

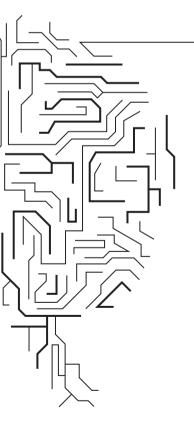
Com este projecto, a nossa Confederação e Estruturas Descentralizadas, os nossos Dirigentes Nacionais, Regionais e Locais, ficaram mais capacitados para prosseguir as suas funções de agentes de transformação social pela via da cultura, recreio e desporto. Ficámos todos mais valorizados profissional e associativamente, capazes de identificar as necessidades e encontrar as soluções para que o Associativismo Popular continue e reforce a sua intervenção para a transformação social por uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2017.





DIRETOR



EDITORIAL

A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) tem vindo a promover, nos últimos anos, uma intensa e profícua colaboração com instituições do ensino superior, bem como a publicação de estudos e trabalhos académicos. Em ambos os casos, tendo em vista dois objetivos muito claros e assumidos: por um lado, a capacitação dos dirigentes; por outro, o aprofundamento da reflexão e do conhecimento sobre a realidade associativa.

Um bom exemplo dessa abordagem (e estratégia de intervenção) é, sem dúvida, o estudo colaborativo com dirigentes associativos, publicado pela CPCCRD em 2013, e que tem por título "Liderança Comunitária" ¹. Trabalho desenvolvido em parceria com o ISPA – Instituto Universitário e que conduziu a um conjunto de conclusões, de grande relevância, que importa aqui recordar:

- 1 "Os resultados do estudo indicam que a maioria dos dirigentes associativos possui um elevado grau de compromisso comunitário e uma perceção positiva sobre os seus talentos de colaboração com os outros, de envolvimento e participação cívica, de construção de uma visão partilhada e disponibilidade para adquirir novos conhecimentos e aumentar o nível de eficácia do seu trabalho";
- 2 "Para melhorarem a sua capacidade de liderança comunitária, os dirigentes precisam aliar o compromisso comunitário e as competências de colaboração e intervenção comunitária, com um

¹ Este estudo será objeto de uma apresentação detalhada na secção "Publicações", da responsabilidade de dois amigos – e que são simultaneamente coautores da obra em referência: Artur Martins e Deolinda Nunes.

- bom nível de conhecimento sobre o contexto envolvente e com a habilidade para identificar e mobilizar os recursos necessários para realizarem a sua visão organizacional e comunitária";
- 3 "Estes resultados têm implicações práticas. Eles sugerem que a melhoria da qualidade e da eficácia do trabalho das coletividades implica um maior investimento no desenvolvimento do capital humano e na qualificação das organizações, bem como no fortalecimento do seu capital social";
- 4 "As ações de formação realizadas têm incidido, fundamentalmente, na gestão administrativa, organizacional e dos recursos humanos, matérias que são, sem dúvida, relevantes para a atividade dos dirigentes associativos. Contudo, tendo em conta os resultados do estudo, sugerese o desenvolvimento de programas de formação que incidam nos conhecimentos, técnicas e instrumentos que facilitem a mobilização e a operacionalização do capital social nas comunidades. A construção e gestão de redes e parcerias comunitárias, o desenvolvimento de relações de confiança e colaboração interinstitucional, a avaliação das necessidades comunitárias, o planeamento, desenvolvimento e avaliação colaborativa de projetos ou a mobilização de recursos comunitários são matérias que devem integrar os programas de formação que pretendam promover a capacidade de liderança comunitária".

E a pergunta óbvia é: o projeto de capacitação desenvolvido pela CPCCRD está alinhado com estas conclusões? Com esta linha e visão estratégicas? E qual foi o impacto que teve, junto dos dirigentes e organizações? O que mudou? O que falta mudar? Que aprendizagens retirar do caminho percorrido?

A primeira secção deste n.º 5 da Análise Associativa — "Tema em Destaque — A Capacitação dos Dirigentes Associativos" — procura precisamente responder a estas questões. Quer publicando um relatório de avaliação do projeto, quer através da opinião de alguns dirigentes associativos — com particulares responsabilidades neste âmbito.

2 o ano de 2017 ficará marcado, entre nós, pelo processo desenvolvido com vista à criação de uma Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP). Processo que passou pela realização conjunta de vários de congressos temáticos, pelo aprofundamento do conhecimento recíproco das diversas "famílias" da Economia Social e pela discussão e consensualização de um projeto de estatutos.

O processo esteve longe de ser pacífico – e gerou grandes entusiasmos, ao lado de significativas desconfianças e preocupações. Para a CPCCRD havia três questões fundamentais, a ditar a sua posição sobre a criação da nova confederação e inclusivamente a sua participação neste projeto:

1.a

Só faz sentido criar uma nova estrutura de representação coletiva se ela vier acrescentar algo àquilo que já é oferecido pelas atuais estruturas.

2.a

A nova estrutura não pode, por outro lado, diluir ou apagar o papel, estatuto e representatividade das estruturas atualmente existentes.

3.a

Importa garantir a existência de um modelo de governação da nova confederação que seja, simultaneamente, democrático, solidário, representativo e eficaz.

Estas três questões foram suficientemente acauteladas – no projeto de estatutos – e a CPCCRD decidiu ser um dos fundadores da CESP. A Análise Associativa não podia deixar de dar nota deste processo – histórico. Publicase nesta revista a resolução associativa que explica desenvolvidamente a posição da CPCCRD. E publica-se ainda a intervenção de Augusto Flor, Presidente da Direção da CPCCRD, na sessão de encerramento do Congresso Nacional da Economia Social.

A presente revista publica ainda três estudos/trabalhos que, apesar dos diferentes enfoques, se inserem numa temática de grande atualidade e significado: a da necessidade de aproximar o movimento associativo das populações e as populações do movimento associativo.

André Principe apresenta-nos um estudo de caso sobre a Casa Bô, no Porto – um bom exemplo de democratização do acesso à cultura. E um exemplo que nos faz refletir sobre outras questões, mais abrangentes. Como afirma o autor: "a teoria dos 5Ts ou da Economia da Coesão Social tem como objetivo apontar para o fenómeno de desconstrução social cultivado no associativismo cultural, num processo de humanização, em que se diminui a importância do ter para ser, no intuito de não apenas se viver (em função de...), mas sim, de uma maior valorização do conviver".

Luís Maçarico, dirigente associativo, poeta, investigador, apresenta-nos "O [seu] olhar sobre o associativismo" — a partir de uma comunicação que apresentou no Centro Cultural Raiano. E identifica os vários passos necessários à criação e gestão dos museus das coletividades. Museus que são, segundo o autor: "em grande parte verdadeiros Armazéns do Passado, [e] poderiam servir de polo àqueles que procuram o genuíno. Os heróis, a música, o teatro, o desporto e as suas escolas populares, responsáveis pela criação de muitos artistas e desportistas da nossa vida cultural".

Publica-se ainda um trabalho desenvolvido no âmbito do Conselho Municipal do Associativismo de Loures, coordenado por dirigentes associativos, e que teve por objetivo a identificação de boas práticas que podem ajudar as associações a promover a participação e a aproximação às populações. Tratase de um repositório de ações e práticas que merecem ser conhecidas e consideradas — e também aplicadas. Estamos perante um trabalho meritório, inovador e cuja pertinência e utilidade ultrapassam, claramente, as fronteiras do Concelho de Loures.

TEMA EM DeStaQuE

ESTUDOS

PEDRO COSTA MALHEIRO & ASSOCIADOS

OPINIÃO

VICTOR CARAPINHA

MEMBRO DA DIREÇÃO DA CPCCRD

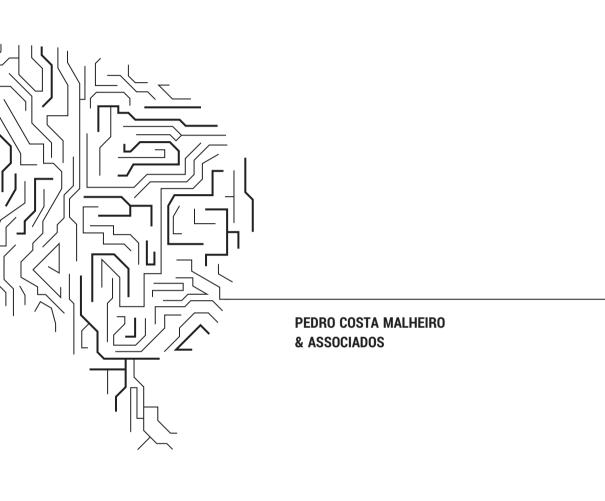
ADELINO SOARES

MEMBRO DA DIREÇÃO DA CPCCRD

CARLOS FRANCO

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETIVIDADES DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

A CAPACITAÇÃO DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS



ESTUDO DE OPINIÃO DO PROJETO

POISE-39-2015-02 Tipologia 3.36 · PORTUGAL 2020 da CPCCRD RELATÓRIO FINAL

Sumário:

- ENQUADRAMENTO
- METODOLOGIA
 - a. Análise da Documentação/Informação existente
 - I _ Relatórios de Avaliação do Projeto
 - II Questionários de Opinião aplicados
 - III Relatórios de Acompanhamento e Avaliação da Formação Ação
 - b. Desenho do Estudo com elaboração de um conjunto de questões a colocar junto dos principais intervenientes estratégicos
 - I Escolha das atividades que têm resultados tangíveis ou que têm impacto e interesse estratégico
 - II Escolha do (s) impacto (s) a estudar e definição das variáveis a acompanhar e as suas expressões quantitativas e qualitativas
 - III Técnicas de inquirição adaptadas às variáveis escolhidas e grupos alvo envolvidos

3 ¬ RESULTADOS

- a. Processar e analisar os dados/resultados
- I Utilizar o tratamento adequado aos propósitos da investigação
 - 1. Entrevistas individuais
 - 2. Ouestionários online
 - 3. Grupo (s) de expressão ("Focus groups")

- CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA



1 - ENQUADRAMENTO

O propósito deste estudo é, no essencial, identificar os impactos do PROJETO POISE-39-2015-02 na CPCCRD. Para isso ele procurou apurar junto dos dirigentes, técnicos e outros associativistas abrangidos, em que medida o projeto melhorou o seu conhecimento e desempenho nas organizações e de que modo contribuiu para a sua sustentabilidade e autonomia.

Com efeito, e no sentido de preparar um questionário dirigido a esta população foram analisados os documentos e a informação disponível sobre a execução do projeto. Foram também realizadas entrevistas preliminares junto das pessoas que asseguraram a coordenação geral e operacional do mesmo nos diferentes momentos da sua realização.

Adicionalmente, foram também entrevistados os principais prestadores de serviços nas atividades chave desta operação, sobretudo:

- no trabalho junto dos gabinetes de apoio;
- no desenvolvimento da base de dados da economia social;
- na implementação da plataforma MAP (Movimento Associativo Popular);
- e nas intervenções formativas de formação-ação.

Os resultados do questionário foram trabalhados em termos quantitativos e foram analisados com os diferentes níveis de coordenação do projeto. Este trabalho de análise foi muito importante para preparar a sessão final que convocou um grupo representativo de dirigentes, técnicos e outros associativistas abrangidos, para constituírem um Grupo de Expressão.

Este grupo manifestou-se quanto às alterações organizacionais, nos diversos domínios da CPCCRD, assim como identificou boas práticas, aspetos a serem melhorados e a serem disseminados pelas filiadas da CPCCRD e por outras entidades da Economia Social.

Por fim e como elemento de referência na Economia Social, foram identificados alguns fatores motivacionais que mobilizam a participação dos DAVE (Dirigentes Associativos Voluntários Eleitos) nestes e em futuros projetos da capacitação.

2 ¬ METODOLOGIA

a. Análise da Documentação/Informação existente

I _ Relatórios de Avaliação do Projeto

Foi consultado o "Relatório de Avaliação Intermédio" realizado pela ATES -Área Transversal da Economia Social da Universidade Católica Portuguesa do Porto, da autoria do Professor Dr. Américo Mendes e com data de 17 de março de 2017. O relatório contempla uma apresentação da síntese da metodologia proposta para a avaliação e reforça os principais aspetos a ter em consideração na avaliação da preparação do projeto, dando especial destaque para a experiência da CPCCRD no projeto Q3. Desta experiência, relata o autor, a Confederação "teve uma oportunidade de aprofundar o diagnóstico das seguintes necessidades já presentes nas discussões internas dos vários órgãos da CPCCRD havidas ao longo do tempo com a participação dos associados e dirigentes", nomeadamente:

- Formação dos dirigentes;
- Apoio técnico descentralizado da CPCCRD às suas associadas;
- Melhoria dos canais de comunicação internos;
- Melhoria da comunicação externa;
- Melhor reconhecimento pelas instâncias de poder político.

E, nesse sentido, foram mobilizados para projeto POISE-39-2015-02 parcerias como as do IEBA para a formação-ação; da CONPLAN para a plataforma informática e o Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, através da sua ATES – Área Transversal de Economia Social. Esta última parceria mais dedicada ao desenvolvimento da base de dados sobre as coletividades de cultura, recreio e desporto.

No relatório inclui-se a avaliação do projeto até fevereiro de 2017, que destaca, para além de considerações metodológicas sobre a avaliação da implementação, as atividades implementadas até então:

- O diagnóstico de necessidades de formação dos dirigentes e dos gabinetes, feito com ampla participação ativa da população a ser envolvida:
- Reuniões de articulação entre o IEBA e a CONPLAN para parametrização da plataforma MAP (Movimento Associativo Popular) no apoio à formação-ação e à distância;
- A descrição das funcionalidades em desenvolvimento para a operacionalização da Plataforma e as reuniões iniciadas com a CPCCRD para a respetiva definição e validação;
- Uma descrição detalhada do desenvolvimento da base de dados, quanto ao seu enquadramento, estrutura e estado atual do seu preenchimento.

Em termos de riscos de falhas na implementação, o relatório menciona que "Não há indicações de que o projeto esteja a ter, ou possa vir a correr riscos significativos de falhas de implementação no que se refere à sua execução material.".

O relatório termina com uma proposta de elementos a ter em consideração na avaliação do final do projeto, nomeadamente em relação à geração de valores, a processos de mudança entretanto gerados e, também, os contributos para a inovação social.

O Estudo de Opinião não teve a possibilidade de consultar o Relatório Final da Avaliação do Projeto, na medida em que se encontra em fase de conclusão à data da elaboração deste documento.

II Questionários de Opinião aplicados

Foram aplicados, pela própria CPCCRD, 2 questionários sobre o projeto de capacitação durante duas Sessões de Sensibilização para a Partilha do

Conhecimento, nos dias 25 de março e 14 de outubro de 2017. Na primeira data obtiveram-se 29 respostas válidas e dia 14 de outubro já se consequiram obter 64 respostas, que foram sujeitas a tratamento estatístico. Os questionários aplicados aos DAVE (Dirigentes Associativos Voluntários Eleitos) nas duas reuniões foram muito semelhantes. Abaixo apresentamos os resultados das respostas dadas às mesmas questões colocadas nas duas datas. À frente de cada uma apresentamos os nossos comentários.

Tratamento estatístico dos dados quantitativos

Questão	25 março (29 respostas)	14 outubro (64 respostas)	Comentários		
		PLATAFORMA MAP			
Ouviram falar / têm conhecimento	92%	92%	O facto de manter a percentagem num amostra de dirigentes maior revela que a quase totalidade dos DAVE estão conscientes da existência desta ferramenta informática		
Tomou conhecimento no CN (Conselho Nacional)	20,6%	37%	As reuniões do Conselho Nacional tem uma crescent importância na comunicação das iniciativas e projetos na Confederação		
Tomou conhecimento através da CPCCRD	26,8%	48,1%	Os e-mails informativos e reuniões de apresentação dos projetos começam a funcionar melhor como forma de passar mensagens		
Tomou conhecimento na formação	4,6%	7,4%	A formação mantém um papel modesto na passagem da informação. Tal pode ser melhorado, na medida em que são oportunidades privilegiadas de reunião e partilha de informação		
Tomou conhecimento na apresentação da Plataforma MAP	_	3,7%	A iniciativa isolada de apresentação da Plataforma MAP não produziu resultados significativos		
Acha que vai facilitar ou vai 82% 86% facilitar bastante		86%	Reforçou ligeiramente opinião bastante representativa de que a plataforma vai facilitar a vida das pessoas		
Sabe que vai haver uma área reservada e que pode pagar quotas	ma área reservada e que pode 52% 81%		Claramente que passou a mensagem de duas das principais funcionalidades		

Questão	25 março (29 respostas)	14 outubro (64 respostas)	Comentários		
	PLATAFORMA MAP				
Participação em ações de formação de DAVE	42%	71%	Aumentou de forma expressiva e significativa a frequência das ações de formação		
Satisfação com a formação	93%	86%	A ligeira redução não revela alterações significativas no já elevado nível de satisfação com a formação		
Dos que participaram, acham que os formadores estão bem preparados	100%	98% ("dominavam as matérias?")	Claramente que se manteve uma boa apreciação dos formadores, naqueles que responderam a esta pergunta relacionada com o domínio dos conteúdos		
		INFORM <i>A</i>	AÇÃO CPCCRD		
Informação CPCCRD é insuficiente	16%	17%	Manteve-se praticamente inalterada a apreciação em relação a este ponto		
Estão satisfeitos com a informação CPCCRD	84%	83%	Manteve-se praticamente inalterada a apreciação em relação a este ponto		
GABINETES DE APOIO					
Têm conhecimento da existência dos gabinetes, sabem do apoio gratuito para as suas candidaturas e sabem quem são os dirigentes responsáveis pelos gabinetes	63%	72%	Cresceu a perceção de que os gabinetes prestam um serviço gratuito de elevado valor e que têm DAVE responsáveis pelo seu funcionamento		
PARA RECEBER INFORMAÇÃO EM GERAL					
Por email	66%	70%	Mantêm-se praticamente inalteradas as preferências em relação à forma de receber informação		
Por telemóvel	24%	30%	Mantêm-se praticamente inalteradas as preferências em relação à forma de receber informação		

III_ Relatórios de Acompanhamento e Avaliação da Formação Ação

Foi consultado o "Relatório de Monitorização e Revisão de Resultados das Intervenções de Formação Ação" realizado pelo IEBA Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais entretanto enviado a 9 de janeiro de 2018 correspondente ao período de realização entre janeiro e novembro de 2017.

O relatório contempla uma "...revisão de resultados reflete o final da execução das intervenções de formação ação, através de uma comparação entre o previsto e o realizado" e enquadra a monitorização numa análise SOWT percecionada pela equipa da entidade formadora relacionada com as intervenções de formação ação. A partir da análise SOWT foram descritas as medidas corretivas adotadas durante a execução do projeto e identificadas recomendações para projetos futuros.

Verificamos que a execução da formação ação esteve muito próxima do que estava planeado, quer em termos de número de formandos como também em relação ao volume de horas de formação. Objetivamente, os participantes efetivos foram mais 42 do que os 411 previstos, ou seja mais 10% do que esperado, enquanto o volume de formação ficou abaixo em 7% do que foi planeado, totalizando 4158 horas de formação ação.

As recomendações enfocam sobretudo:

- num apelo à descentralização da formação para locais próximos dos participantes;
- numa melhor calendarização tendo em conta as disponibilidades dos DAVE para frequentarem as ações;
- num maior envolvimento de formadores com experiência em Economia Social;
- na adoção de mecanismos de reconhecimento dos DAVE mais cumpridores em termos de participação e assiduidade;
- no aproveitamento da Plataforma MAP para complementar a formação com formação a distância;
- na procura de parceiros com prestígio no movimento associativo para partilha de boas práticas e conhecimentos e, por fim, no potenciar a disseminação do projeto de capacitação junto movimento associativo e de outras famílias da Economia Social.

O relatório não apresenta o consolidado das sínteses avaliativas, remetendo para os dossiers técnico pedagógicos. Indica, porém, qual foi a metodologia utilizada e os critérios de avaliação para formandos e formadores. Também não são apresentadas no documento quaisquer medidas de avaliação da aprendizagem ou do impacto da formação no desempenho individual ou organizacional.

Realçamos o trabalho feito na descrição do enquadramento das competências adquiridas e desenvolvidas nas seguintes áreas-chave:

- GESTÃO ASSOCIATIVA competências dos órgãos sociais, funções de dirigente associativo;
- ATIVIDADES ESTATUTÁRIAS E OUTRAS atividades culturais, recreativas, desportivas e sociais;
- GESTÃO ORGANIZACIONAL áreas da estratégia, financeira, recursos humanos, comunicação;
- COMPETÊNCIAS BASE áreas administrativas, informática, contabilidade

Para cada uma das áreas-chave, estão bem claros e detalhados os objetivos pedagógicos e as competências a adquirir com a formação ação.

- b. Desenho do Estudo com elaboração de um conjunto de questões a colocar junto dos principais intervenientes estratégicos
 - I _ Escolha das atividades que têm resultados tangíveis ou que têm impacto e interesse estratégico

Pensamos que são 3 as atividades que têm, simultaneamente, interesse estratégico e informação disponível sobre a sua implementação. São elas:

- 1. Os Gabinetes (Norte, Centro e Sul), seu funcionamento e o contributo para a maior proximidade e eficiência dos seus serviços junto das organizações filiadas.
- 2. A Plataforma MAP, nomeadamente em relação à sua funcionalidade e navegabilidade; pertinência e relevância dos conteúdos; estética e design.

3. Formação Ação. Particularmente destinada aos DAVE. Aqui haverá interesse em investigar aspetos de natureza organizativa (planeamento, locais, equipamentos); como também os aspetos relacionados com a sua eficiência, nomeadamente no grau de participação nas ações, na satisfação das necessidades de formação, nos métodos pedagógicos, nos conteúdos e materiais, na facilitação propriamente dita, no interesse e relevância, assim como no atingimento de objetivos.

O estudo focar-se-á essencialmente nestas 3 atividades. Contudo, vamos procurar recolher informação, mesmo que marginalmente, de outras atividades como a desenvolvimento da base de dados, das ações de sensibilização, e da partilha de conhecimento.

Contudo, a preocupação final será identificar os principais impactos do projeto no seu todo; identificar boas práticas e melhorias a serem feitas para a Fase II do projeto. No entanto, não deixaremos de procurar contribuir, neste estudo, com a identificação dos fatores que mais motivam a participação dos DAVE neste tipo de projetos. Como veremos mais à frente a participação interessada e ativa dos DAVE faz uma grande diferença na qualidade e nos resultados obtidos neste projeto.

II _ Escolha do (s) impacto (s) a estudar e definição das variáveis a acompanhar e as suas expressões quantitativas e qualitativas

Para medir o impacto real nestas 3 atividades, seria preciso definir muito bem, logo no início do projeto que mudanças comportamentais e organizacionais deveriam ser acompanhadas e formular hipóteses acerca delas. Não tendo ao nosso dispor a o Relatório Final da Avaliação do Projeto (em conclusão) resta-nos trabalhar com perceções de impactos junto dos intervenientes estratégicos: DAVE, Coordenadores do Projeto e Fornecedores.

Assim, como base de trabalho, este estudo procura sistematizar variáveis onde poderão ser observadas mudanças decorrentes do projeto POISE-39-2015-02. No seguimento disso, os principais beneficiários individuais deste projeto, ou seja, os DAVE (Dirigentes Associativos Voluntários Eleitos) avaliaram o impacto do projeto, respondendo a perguntas sobre a observância de mudanças concretas nas seguintes variáveis:

Variável			
Nos meus conhecimentos técnicos (fiscalidade, contabilidade, planeamento, etc.)			
Nos meus conhecimentos sobre o Associativismo			
Na organização das minhas tarefas			
No desempenho diário do meu trabalho			
No atingimento dos meus objetivos			
Na qualidade da comunicação interpessoal nas equipas			
Na abertura dos grupos ao exterior			
Na introdução da inovação nas coletividades			
Na utilização mais generalizada de ferramentas informáticas			
No espírito de equipa			
Na eficácia das minhas ações			
Na eficiência dos processos			
Na minha motivação para trabalhar na coletividade			
No meu interesse em participar em mais ações/atividades			
Na visibilidade da minha coletividade			
Na sustentabilidade da minha coletividade			

A pergunta colocada foi a seguinte: Por favor, complete a frase e avalie a sua concordância com a seguinte afirmação "Até a este momento do Projeto de Capacitação, verifiquei mudanças concretas nos sequintes aspetos:"

Para cada uma das variáveis foi apresentada a seguinte escala de concordância em relação a aquela afirmação:

1	2	3	4	5
discordo	tendo a discordar	tendo a concordar	concordo	concordo
				completamente

III Técnicas de inquirição adaptadas às variáveis escolhidas e grupos alvo envolvidos

Os grupos a envolver na recolha de informação serão naturalmente todos os que foram alvo desta grande operação: DAVE, Técnicos e Administrativos da CPCCRD. Um universo de cerca de 100 pessoas.

Entrevistas individuais

As entrevistas visaram compreender os impactos gerados no projeto face ao que estava definido na candidatura. Analisar o que foi feito e não foi feito. Perceber as boas práticas e deixar indicações para aspetos a melhorar na Fase II que terá início em janeiro de 2018.

Foram também evocadas as potenciais razões para a utilização deste projeto como uma referência para o associativismo ao nível nacional e também internacional. Estas entrevistas serviram também para construir e refinar o questionário que foi aplicado a uma amostra do universo populacional.

Foram entrevistadas as seguintes pessoas:

- Dr. Augusto Flor-Presidente da Direção da CPCCRD
- Dr.a. Clementina Henriques Responsável pela elaboração da candidatura do Projeto 2015-2017 CPCCRD PO ISE e Coordenadora Inicial
- Dr.ª Anabela Lança Técnica de Ciências Sociais
- Dr.^a Sofia Matos-CONPLAN
- Prof. Dr. Américo Mendes UCP-ATE (Porto)
- Dr.^a Patrícia Silva-IFBA

Ouestionários online

Foi desenvolvido um questionário que foi colocado no site da CPCCRD na área reservada, ou seja, na Plataforma MAP, para ser preenchido online entre a 2ª e a 3ª semana de novembro de 2017. Das 100 pessoas convocadas para preencher os questionários, responderam 30 pessoas.

Grupo (s) de expressão ("Focus group")

Após a aplicação do questionário online e respetiva análise dos resultados foi organizado um Grupo de expressão para analisar/aprofundar e investigar as principais interrogações geradas pelo questionário:

- Quais foram os principais impactos positivos do Projeto 2015-2017 CPCCRD PO ISF?
- O que poderá ser feito melhor para a Fase II (POISE-39-2017-12)?
- Como motivar os DAVE a participarem mais e melhor nestes projetos?

Foram convocados 16 DAVE para a Grupo de Expressão marcado para a última semana de novembro de 2017. Compareceram 12. O método utilizado para esta reunião foi o "Metaplan". Este método funciona como ferramenta que permite aumentar a eficácia nas discussões de grupo de duas formas concretas:

- · Permite ganhar tempo pois os resultados são alcançados mais rapidamente;
- Favorece o maior envolvimento dos participantes na dinâmica do grupo, através da consideração de todas as opiniões e do trabalho comum visando alcançar resultados conjuntos.

3 ¬ RESULTADOS

a. Processar e analisar os dados/resultados

I Utilizar o tratamento adequado aos propósitos da investigação

1 - Entrevistas individuais

Das entrevistas realizadas podemos realçar os seguintes pontos como praticamente consensuais:

• O que correu bem:

- Diagnóstico de necessidades de formação foi realizado com muita participação dos DAVE sendo que permitiu uma boa prescrição das soluções formativas e assegurou que uma maior identificação com o projeto.
- Envolvimento dos DAVE da região Norte em toda a formação ação realizada com resultados na captação de mais participantes, alargamento da formação a mais dirigentes e maior descentralização das ações.
- Reuniões iniciais de desenvolvimento da Plataforma MAP para todas as funcionalidades: portal; intranet; mediateca; formação a distância e loja.
- Uma progressiva consciência dos benefícios da Plataforma MAP por parte de todos os intervenientes estratégicos.
- Bom ponto de partida quanto à definição do que era pretendido com a Base de Dados da Economia Social.
- Candidaturas feitas pelo Gabinete Norte revelaram iniciativa e capacidade de realização.

- Tomada de consciência de todos os DAVE nas suas necessidades de capacitação nomeadamente no que concerne à gestão das coletividades.
- Melhoria da comunicação interna intra CPCCRD e inter associadas.
 Maior dinâmica e mais rigor na partilha de conhecimentos, informação e experiência.
- Maior compreensão das novas tecnologias e do seu papel na modernização da CPCCRD

• O que podia correr melhor:

- Mais tempo para a execução do projeto. Ou seja, um projeto que tinha previsto 24 meses para a sua execução, acabou por ter cerca de 14 meses líquidos para se realizar, sendo que as atividades a realizar passaram só de 19 para 17.
- Maior descentralização com a organização das ações em locais mais próximos do DAVE.
- A organização administrativa do projeto deve ser muito acautelada com profissionais experientes, autónomos e focados nas exigências da entidade gestora e nos requisitos para a prestação de contas. Tal permitiria libertar todos os intervenientes para a realização das atividades, propriamente ditas, e nos resultados a entregar.
- Agilização dos processos de tomada de decisões dentro da CPCCRD de forma a responder mais rapidamente nas validações, especificações, fluxos de trabalho, aquisições, contratações, definições de papeis e aprovações necessárias para dar seguimento aos trabalhos.
- Maior esforço de comunicação, envolvimento e participação em todas as fases do projeto criando vários momentos de discussão e debate com vista a gerir atempadamente as mudanças comportamentais das pessoas e grupos dentro da CPCCRD.
- Articulação entre a formação ação e a formação a distância, assim como com todas as outras atividades (base de dados, plataforma, ações de sensibilização, etc.).
- Conceber uma verdadeira estratégia de motivação de todos os DAVE para participarem mais e melhor no projeto.

- Maior flexibilidade e capacidade de resposta em relação a alterações ao planeado em função de ocorrências, faltas de disponibilidade e imprevistos.
- Mais tempo para tarefas de apoio pós formação e de suporte à implementação de novas tecnologias e mudanças organizacionais.
- Formação-Mobilização de uma equipa de projeto dedicada e estável ao longo de todas as fases do projeto, com uma liderança forte e reconhecida dentro da Confederação.
- Maior esforço de notoriedade e visibilidade do projeto no exterior, com claros benefícios para a afirmação da CPCRD como grande disseminadora de boas práticas na Economia Social.

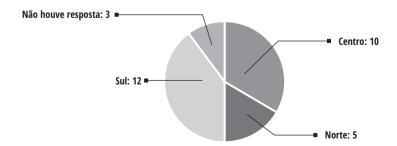
2 - Questionários online

O tratamento dos dados foi feito com frequências. Apresentamos uma seleção dos resultados mais relevantes para a nossa pesquisa

Esta aplicação de questionário foi participada por 30 elementos de 100 da população convidada a participar. Foram os DAVE o principal grupo alvo do projeto.

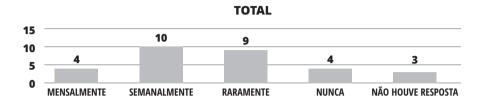


A região mais representada foi a do Sul, seguida pelo Centro. O Norte só contribuiu com 5 respostas.

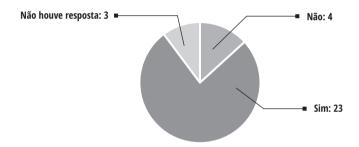


GABINETES

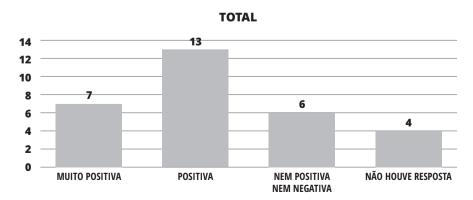
Com que frequência recorre aos serviços do gabinete da sua região? Os resultados são animadores mais ainda com margem de progressão. Somente 4 nunca foram ao gabinete da sua região.



Já foi contactado pelo gabinete da sua região? Ainda alguma margem para melhorar na iniciativa dos gabinetes.

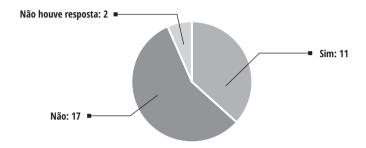


Qual é a sua avaliação sobre esse contacto? Dos que foram contactados, não são apresentadas avaliações negativas.

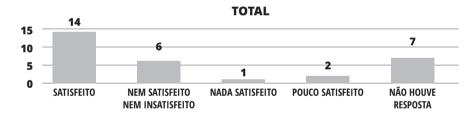


PLATAFORMA MAP

Utilizou de alguma maneira a Plataforma MAP? Nesta fase mais de 50% dos respondentes ainda não tinha usado a ferramenta tecnológica, ainda em processo de implementação.



Qual é o seu grau de satisfação em relação à Plataforma MAP em termos de funcionalidade, acesso e navegabilidade? Dos que utilizaram, a grande maioria considera-se satisfeita com as funcionalidades. Contudo, ainda muito trabalho a ser feito.



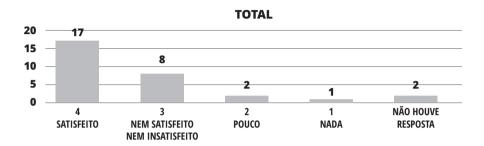
Qual é o seu grau de satisfação em relação à Plataforma MAP em termos de conteúdos e relevância dos temas? Sensivelmente igual à questão anterior. Poucos, mas satisfeitos.



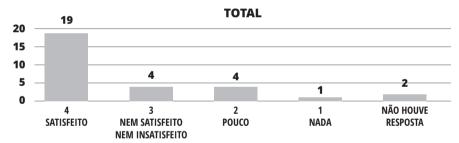
FORMAÇÃO AÇÃO

Numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nada satisfeito e 5 a muito satisfeito, classifique os seguintes itens abaixo:

Calendarização da formação. Elevados níveis de satisfação em relação à calendarização.



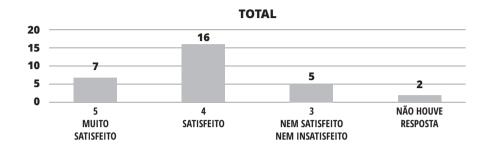
Horários da formação. Idem, para os horários.



Participação dos Dirigentes. Acreditamos que com mais respostas da região Norte estes valores seriam melhores. Contudo, fica aqui sinalizado um aspeto a ser trabalhado e incrementado.



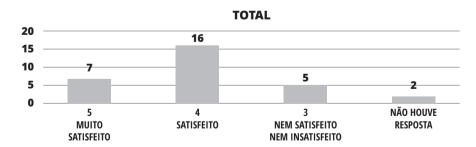
Condução das ações por parte dos formadores (as). Valores muito simpáticos quanto à facilitação das ações.



Domínio das matérias por parte dos formadores (as). O reforço da equipa formadores vindos da Economia Social pode estar aqui espelhado, nestes bons resultados.



Interesse e relevância dos temas. O trabalho bem elaborado de levantamento de necessidades de formação teve o seu impacto neste importantíssimo item da formação.



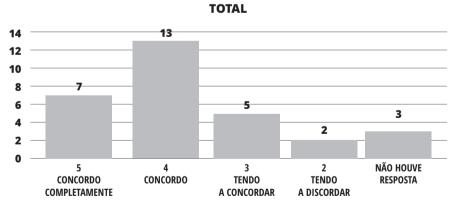
Apoio depois da formação. Talvez uma das áreas onde a formação ação pode evoluir, nomeadamente dando mais atenção à parte da "ação".



IMPACTOS POSITIVOS DO PROJETO COM MAIOR EXPRESSÃO NA OPINIÃO DOS RESPONDENTES

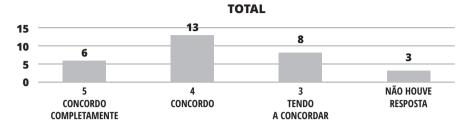
Por favor, complete a frase e avalie a sua concordância com a seguinte afirmação "Até a este momento do Projeto de Capacitação, verifiquei mudanças concretas nos seguintes aspetos:"

Nos meus conhecimentos sobre o Associativismo. Confirma e reforça a opinião veiculada nas entrevistas quanto à real capacitação dos DAVE nesta área tão importante.

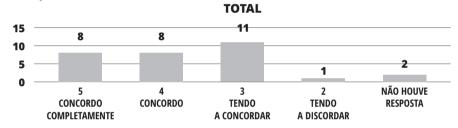


No meu interesse em participar em mais ações/atividades. O padrão de respostas nestas últimas 4 questões não é por acaso que é parecido. O envolvimento e participação dos DAVE nestes projetos está muito relacionada com a inovação, visibilidade e sustentabilidade das coletividades. Três impactos últimos marcadamente procurados pelos programas PO ISE destinados à

Economia Social, e que estão na génese destes dois projetos: POISE-39-2015-02 e POISE-39-2017-12.



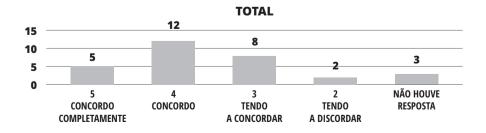
Na introdução da inovação nas coletividades. Não com tanta expressão como o anterior, mas a dar sinais de que pode ser por aqui que se pode fazer a diferença.



Na visibilidade da minha coletividade.



Na sustentabilidade da minha coletividade.



3 - Grupo (s) de expressão ("Focus groups")

Como foi referido atrás, a reunião convocada destinou-se a analisar os resultados de toda a investigação feita via documental, entrevistas e questionário e sobretudo averiguar de que forma foram atingidos os objetivos do estudo quanto a identificar os impactos do PROJETO POISE-39-2015-02 na CPCCRD.

Para isso ele procurou apurar junto dos dirigentes, técnicos e outros associativistas abrangidos, em que medida o projeto melhorou o seu conhecimento e desempenho nas organizações e de que modo contribuiu para a sua sustentabilidade e autonomia.

Foi a última sessão de trabalho deste Estudo de Opinião. Reuniu cerca 12 DAVE durante uma manhã na última semana de novembro de 2017. A metodologia aplicada para a condução da reunião e da discussão do grupo foi o Metaplan.

Este método apresenta três eixos fundamentais:

- 1. Técnicas de Visualização as quais permitem a visualização, pelo grupo, de todas as contribuições resultantes da discussão. Estas podem ser classificadas e organizadas conjuntamente.
- 2. Técnicas de Interação as quais permitem discussões presenciais, com valor acrescentado, encorajando o envolvimento ativo dos participantes.
- 3. Técnicas de Estruturação as quais comportam algumas regras que permitem ao moderador estruturar a discussão em curso, visando levar o grupo numa via que conduza à conclusão.

A perguntas que foram colocadas ao grupo em 3 sessões de trabalho de 45 minutos cada foram as sequintes:

- Ouais foram os principais impactos positivos do Projeto 2015-2017 CPCCRD PO ISE?
- O que poderá ser feito melhor para a Fase II (POISE-39-2017-12)?
- Como motivar os DAVE a participarem mais e melhor nestes projetos?

Regras de discussão:

- Intervenções de 30 segundos
- Discussão expressa em cartões
- Sinalizar as objeções

Foram criados 3 grupos de 4 DAVE cada. Foi essencial a criação de uma atmosfera de discussão franca e aberta onde cada um pode expor sem interrupções o seu ponto de vista, respeitando as diferentes opiniões.

Procedimento de moderação:

- 1. O moderador introduz a questão que é afixada no topo do painel. Depois de ler a questão, dá a indicação do número de respostas por grupo (normalmente 3 ou 4 respostas). No total, o máximo de cartões produzidos deve ser entre 20 a 30.
- 2. Depois de as respostas terem sido escritas nos cartões, são recolhidas pelo moderador e lidas uma a uma. Os cartões devem ser mostrados aos participantes para que eles possam também ler.
- 3. À medida em que vão sendo lidos os cartões, o moderador vai agrupando-os de acordo com a similaridade do conteúdo ou significado, com a ajuda do grupo. São solicitadas objeções ou questões ao grupo, que são assinaladas e discutidas. Quando um cartão estiver assinalado, procura-se identificar a razão da objeção ou do contra-argumento, depois o grupo questionado pelos outros coloca uma clarificação num cartão oval, colocando-o próximo da resposta inicial.
- 4. Após esta classificação inicial é possível realizar uma análise mais detalhada de cada cartão que consta em cada agrupamento, lendo-os um a um.
- 5. Quando todos os cartões dos agrupamentos estiverem assinalados estiverem trabalhados, procura-se um título que abranja todas as contribuições deste conjunto colocando-o num cartão branco redondo que é colocado no topo do agrupamento. É importante que o tema principal das contribuições seja realçado.
- 6. No final, cada participante (de todos os grupos) distribui 8 autocolantes redondos ("Dots") pelos agrupamentos, colando-os na cartolina branca redonda respetiva, assinalando assim com mais autocolantes os agrupamentos que considera com mais peso/importância/relevância na resposta à questão colocada no inicio. Esta é uma forma de votação e, com ela, ficarmos com uma indicação das respostas que têm mais peso em cada sessão.

Resultados do Grupo de Expressão da CPCCRD:

1ª pergunta:

"Quais foram os principais impactos positivos do Projeto 2015-2017 **CPCCRD PO ISE?"**

1° Agrupamento

MAIOR CAPACIDADE DE GESTÃO DOS DAVE (34 votos)

- "Melhorou a resolução de problemas nas associações"
- "Aumentou a capacidade de resolução de problemas de gestão associativa"
- "Melhoramento dos conhecimentos associativos"
- "Formação dos dirigentes-aumento dos conhecimentos reais"
- "Aumentou a formação dos dirigentes"

2° Agrupamento

CONHECIMENTO MÚTUO DOS DAVE (26 votos)

- "Interligação e acompanhamento entre dirigentes"
- "Oportunidades de juntar dirigentes para falar de associativismo e a sua importância"

3° Agrupamento

DIAGNÓSTICO AMPLAMENTE ALARGADO (17 votos)

- "A atividade gerou a discussão e o aprofundamento das necessidades do MAP"
- "Despertou a necessidade de capacitação dos dirigentes"
- "Diagnóstico das necessidades"

4° Agrupamento

IMPACTO NA COMUNIDADE (13 votos)

- "Contribuir para melhores condições de vida da comunidade associativa e local"
- "Aplicação de conhecimentos na coletividade tem impacto na comunidade"

2ª pergunta:

"O que poderá ser feito melhor para a Fase II (POISE-39-2017-12)?"

1º Agrupamento

PLANO DE FORMAÇÃO DECORRER ADEQUADAMENTE DO DIAGNÓSTICO (25 votos)

– "Aprofundar o diagnóstico de necessidades"

2° Agrupamento

MAIOR PROXIMIDADE GEOGRÁFICA COM OS DAVE (23 votos)

- "Maior descentralização"
- "Maior distribuição geográfica do projeto"
- "Maior descentralização da formação"
- "Datas das ações definidas entre os DAVE e os gabinetes"

3° Agrupamento

CRIAR CONDIÇÕES PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO E FREQUÊNCIA DOS DAVE NAS AÇÕES DE FORMAÇÃO (22 votos)

- "Mais disseminação"
- "Maior abrangência de dirigentes"
- "Maior mobilização de dirigentes"
- "Mais envolvência das estruturas e da sua organização"

4° Agrupamento

ADEQUAR A FORMAÇÃO ÀS NECESSIDADES E OBJEIVOS DE CADA DAVE (19 votos)

- "Maior conhecimento da realidade pelos formadores"
- "Melhorar a capacidade formativa"
- "Desenvolver melhor os conteúdos da 1ª Fase"

3ª pergunta:

"Como motivar os DAVE a participarem mais e melhor nestes projetos?"

1° Agrupamento

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO SOCIAL E TAMBÉM INSTITUCIONAL DOS DAVE (41 votos)

- "Reconhecimento institucional e social"
- "Dignificação do dirigente associativo"

2º Agrupamento

EVIDÊNCIA E PARTILHA DA QUALIDADE (29 votos)

- "Qualidade evidenciada e concretizada"
- "Mais exemplificação"
- "Divulgação de exemplos e boas práticas demostrados noutras associadas"

3° Agrupamento

INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS (24 votos)

- "Aquisição conjunta de conhecimentos"
- "Troca de experiências existem sempre se houver mais convívio com partilhas"
- "Maior proximidade física"

4º Agrupamento

CRIAR NECESSIDADES NOS DAVE (5 votos)

"Criar necessidades nos DAVE"

4 ¬ CONCLUSÕES

Antes de mais, importa fazer algumas considerações iniciais sobre o enquadramento histórico e sobre a razão de ser destes projetos destinados aos membros do Conselho Nacional da Economia Social (CNES).

Em 2014, o CNES questionou o governo sobre o "porquê" de o Conselho Económico e Social (CES) ter fundos dedicados e exclusivos para os seus membros e o CNES não possuir qualquer atribuição exclusiva de recursos? Esta iniciativa resultou numa atribuição de 8 milhões de Euros ao CNES para capacitação das 8 entidades que o constituem: a CPCCRD, a CONFECOOP, a CONFAGRI, o CNIS, a CP de Fundações, a ANIMAR, a União das Misericórdias e a União das Mutualidades.

Para o efeito, foram criadas 3 fases de execução desses fundos:

1ª Fase de 2015 a 2017 (24 meses) - 2 milhões de Euros

- 2ª Fase de 2018 a 2020 (36 meses) 4 milhões de Euros
- 3ª Fase de 2021 a 2022 (24 meses) 2 milhões de Euros

A decisão relativa à candidatura da CPCCRD para a Fase I foi comunicada dia 29 de julho de 2016, isto é, 8 meses após a data prevista para o início do projeto (1 de dezembro de 2015); para além deste atraso, há ainda a destacar o facto de o valor aprovado, 216.000 €, ter sido 52% do valor candidatado, 410.000 €. Basicamente, o resultado desta situação foi a necessidade de redimensionar o projeto à verba atribuída e ao tempo disponível. A Confederação passou de 19 para 17 as atividades a realizar no seu projeto e replaneou tudo de forma a acomodálas num prazo de execução de 13 meses líquidos.

Foi um ajustamento ambicioso que acabou por criar dificuldades à execução do projeto e pressionar muito todos os intervenientes, criando um ambiente exigente para a conclusão atempada e em conformidade com todas as atividades. Por exemplo, relativamente à atividade de criação de 5 gabinetes, a CPCCRD teve que reformular os objetivos e implementar somente 3 gabinetes (Norte, Centro e Sul) e apostar no seu reforço e capacitação.

Este contexto comprometeu os objetivos de descentralização da Confederação, condicionou a fase de implementação da Plataforma MAP e retirou profundidade à Formação, precisamente na sua componente de "Ação".

Mesmo com todas estas condicionantes, o Estudo de Opinião revela que o Projeto 2015-2017 CPCCRD PO ISE produziu impactos positivos e significativos na capacitação dos seus DAVE (Dirigentes Associativos Voluntários Eleitos), essencialmente nos seus conhecimentos sobre o associativismo e na sua capacidade de gestão e resolução de problemas nas associações e coletividades. Por outro lado, este projeto proporcionou oportunidades únicas de conhecimento mútuo entre DAVE, gerando por isso condições para beneficiar na Fase II, de uma partilha mais organizada de experiências e boas práticas.

Com efeito, contribuíram largamente para isso o amplo e participado Diagnóstico de Necessidades de Formação e os bons níveis de execução da formação em termos de número de participantes (453 formandos), e de volume de horas realizados (4158 horas). Os desvios face ao previsto foram marginais: +10% para participantes e-7% para volume de horas de formação.

A avaliações da capacidade de facilitação dos formadores (as), o seu conhecimento dos conteúdos (muito contribuíram os formadores recrutados na Economia Social) e o interesse e relevância das matérias, foram muito positivas.

Faltou tempo para trabalhar mais a componente "Ação" da formação ação e ficou o apelo a uma maior integração futura com as iniciativas de formação a distância proporcionadas pela Plataforma MAP.

Foi também claro neste estudo que o trabalho de descentralização geográfica da formação resultou muito bem, sobretudo no Gabinete Norte. Foi neste gabinete que se revelou uma maior participação dos dirigentes responsáveis por essa estrutura local. Tais práticas, associadas ao alargamento da formação a outros intervenientes, foram mencionadas como sendo de repetir e aprofundar na Fase II do projeto de capacitação da CPCCRD.

No que concerne ao desenvolvimento da Plataforma MAP, o projeto terminou com a fase da utilização a iniciar-se. Basicamente, esta Fase I serviu para lançar esta ferramenta tecnológica, criar consciência da sua existência e dos benefícios que trás e, por fim, dar-lhe forma nas suas funcionalidades e carregar conteúdos.

Mais tempo permitiria já começar a criar uma experiência de utilização por parte de todos os intervenientes. A Fase II terá com certeza o papel de introduzir novos hábitos de trabalho na Confederação que retirem as devidas vantagens do Portal, da Intranet, da Formação a Distância, da Mediateca, da Loja, etc.

Muito importante considerar as sugestões obtidas neste estudo em relação à aceleração do processo de utilização da Plataforma MAP. São duas, a primeira tem a ver com a criação de uma equipa de coordenação da CPCCRD com características executivas para o projeto. A ideia é que ela possa tomar decisões em nome da Direção no que concerne a especificações, parametrizações, inserção de conteúdos, autorizações e validação/aprovação de produtos ou subprodutos da equipa externa de desenvolvimento do software.

A segunda está relacionada com a necessidade de se fazerem mais reuniões de monitorização da plataforma, que sejam bem conduzidas de forma a lidarem com as dificuldades e resistências que naturalmente emergem da introdução de tecnologia nas organizações, e, não menos importante, passarem a mensagem dos benefícios da sua utilização no aumento da eficiência e nos ganhos de produtividade.

Sensivelmente o mesmo em relação à Base de Dados para a Economia Social. Arrancou bem, mas estendeu-se muito tempo para entregar um protótipo que poderia ser testado e validado internamente. Acabou por entregar o produto final no final do projeto, sem possibilitar um trabalho de cocriação atempado.

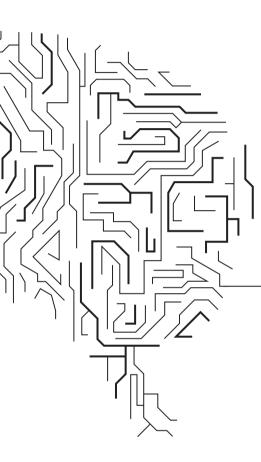
Voltando aos Gabinetes, o Estudo revelou um crescendo da sua utilização e também de iniciativa. Naturalmente, que eles dependem muito da capacidade de liderança dos dirigentes que os coordenam, assim como da sua eficiência administrativa (aqui a tecnologia vai ajudar). Contudo, o caminho é libertarem-se para prestarem serviços mais sofisticados. Isto sem deixar de trabalharem diariamente para a boa imagem da Confederação e sua respetiva sustentabilidade.

Por fim, uma palavra veiculada para a motivação dos DAVE. Uma coisa este projeto revelou, e demostrou de forma reiterada, foi que sem dirigentes motivados nada avança e pouco se faz. Fica o desafio feito pelos participantes do Grupo de Expressão que encerraram este Estudo de Opinião:

Que, nos próximos projetos-fases e outras ações da CPCCRD, se faça um trabalho estratégico com vista ao maior reconhecimento e valorização social e institucional do DAVE. A sua capacitação vai com certeza ajudar. A sua participação interna e externa vai seguramente contribuir. Contudo, falta trabalho de investigação que vise identificar as diferentes expectativas de cada DAVE e a capacidade de cada organização da Economia Social em satisfazer essas expectativas. Por outro lado, talvez um trabalho político, junto das autoridades e das comunidades possa definir mecanismos de recompensa e reconhecimento institucional da contribuição que milhares de Dirigentes Associativos Voluntários Eleitos dão ao país.

Bibliografia

- Kirkpatrick, D.L. (1987). Evaluation. In R.L. Craig (Ed.), Training and Development Handbook, 3rd edition. New York: McGraw Hill Book Company
- Lopes, A., Reto, L. (1994). Formação profissional. Avaliação da eficácia e metáforas dominantes. Psicologia, Ix, 3, p.303-313.
- Malheiro, P.C. (2009). Avaliação da Formação de Chefias. Manual Prático de Gestão de Recursos Humnanos-15ª Atualização. Lisboa: Verlag Dashofer.
- Phillips, J.J. (1990), Handbook of Training **Evaluation and Measurement** Methods. London: Koogan Page.
- Thompson, C. (1998). Project Management: A Guide. Alexandria (USA): ASTD



<u>OPINIÃO</u>

VICTOR CARAPINHA

MEMBRO DA DIREÇÃO DA CPCCRD

TERCEIRO PONTO: ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A COLECTIVIDADE

Foi há cerca de cinquenta anos que, pela primeira vez, me inscrevi como associado numa colectividade de cultura e recreio. Desde então, outras se lhe seguiram, em localidades diversas em função da residência ou local de trabalho e em níveis de intervenção e responsabilidades diferenciadas, com alargamento ao desporto.

Na época, a palavra "capacitação" não existia, nem sequer o seu conceito subjectivo. A própria expressão "acção de formação" não era considerada no meio associativo. Os conhecimentos mínimos para desenvolver as actividades associativas eram transmitidas pela geração de dirigentes anterior e pela observação e experimentação.



Em todas as associações de cultura e recreio que conheci na juventude não havia a prática de elaborar projectos para o mandato nem planos anuais de actividades e orçamentos, com excepção para a componente desportiva em que, por necessidade de planeamento de

época e mapa de jogos, as despesas tinham que ser devidamente avaliadas e garantidas as respectivas receitas de suporte. Basicamente, o dirigente procedia por instinto, segundo o que lhe parecia ser o melhor para a colectividade e para os associados.

As assembleias gerais constituíam um momento solene na vida da associação, reunindo anualmente para aprovar os documentos de prestação de contas e, no tempo próprio, para eleger os órgãos sociais. Estes, como que em competição com a Direcção precedente, assumiam a intenção, nem sempre conseguida, de fazer mais e melhor. De forma empírica, é certo, mas com voluntariedade, dedicação e espírito associativo. E muita coisa se fazia!

Com a Revolução de Abril de 1974 começou-se a falar em Acções de Formação. O Poder Local Democrático, também ele nascido com o 25 de Abril, em colaboração com o Movimento Associativo Popular, deu início àquele tipo de



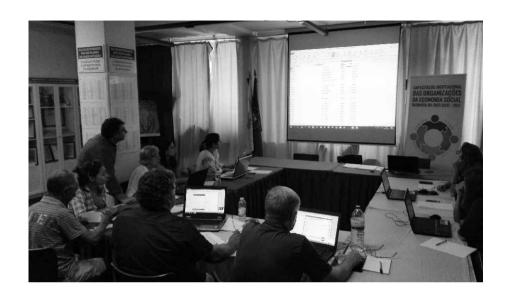
iniciativas destinadas a técnicos da autarquia e dirigentes das associações locais, com o objectivo de criar melhores condições de responder às exigências crescentes da sociedade, nos campos cultural e desportivo.

Ao mesmo tempo, as colectividades também organizavam as suas próprias acções, internas ou abertas à população, para esclarecimento e debate sobre questões genéricas de associativismo, funcionamento, organização e pouco mais. Porém, pode-se dizer que a participação e a progressão em termos de conhecimentos técnicos, para além da experiência individual de cada um, era reduzida. Por um lado, porque a maioria dos dirigentes associativos tardava em reconhecer a importância da formação como factor de qualidade de desempenho. Por outro lado, havia a dificuldade de vencer a resistência em participar nas acções promovidas por outras instituições, com tradução directa no receio, não justificado nem assumido, de que poderia dar a imagem de ignorância pelo simples facto de participar.

Esta atitude de indiferença à sua própria valorização individual não poderia manter-se indefinidamente. As crescentes obrigações legais e fiscais sobre as colectividades passaram a determinar a aquisição e desenvolvimento de aptidões específicas e acrescidas em domínios que a experiência por si só não poderia corresponder.

Se a formação é considerada uma ferramenta indispensável ao exercício do dirigismo, a capacitação determina a criação de competências e aumento de conhecimentos, com dotação à instituição ou ao dirigente de meios para realizar tarefas definidas e alcançar objectivos propostos, bem como desenvolver as suas actividades com autonomia.

O projecto de Capacitação da CPCCRD, enquadrado no Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego e elaborado a partir de um





diagnóstico de necessidades associativas, teve como objectivo capacitar as equipas dinamizadoras dos gabinetes de apoio e a estrutura de dirigentes da Confederação nos diferentes órgãos.

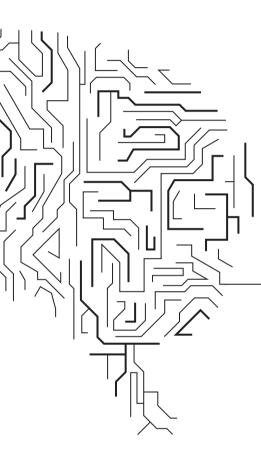
O Gabinete Sul, do qual faço parte, deparou-se desde logo com dificuldades de participação de muitos dos seus destinatários. Infelizmente, muitos colegas do associativismo ainda situam as suas ideias e as suas práticas na era cronológica que referi no início desta narrativa. Por outro lado, foi gratificante verificar a persistência de militância associativa de outros dirigentes que, com esforço pessoal e com característico espírito de voluntariado, participaram nas várias acções agendadas, intervieram, debateram e aprenderam.

Sinto-me satisfeito por estar incluído neste grupo. E orgulhoso por acrescentar competências em diversas áreas de formação como Planos de Actividades e Orçamentos, Sustentabilidade e Captação de Fundos, Ferramentas de Controlo Financeiro e Gestão Associativa. Este projecto incluiu ainda aquisição de conhecimentos relativamente às Obrigações Legais e Fiscais, Instrumentos de Comunicação Interna e Externa, Informática na óptica do utilizador e Técnicas de Representação Confederativa.

Esta fase está concluída. Vamos agora prepararmo-nos para assumir a segunda fase, mais alargada, mais abrangente e, espero, com participação de mais dirigentes associativos. Se o desafio colectivo é maior e a responsabilidade institucional sobe de nível, tenho a certeza que a gratificação individual na conclusão será superior.

A capacitação de entidades associativas constitui uma mais-valia de qualidade na prossecução dos objectivos estatutários que, além do benefício pessoal dos dirigentes, representa uma obrigação social perante os associados e a sociedade em que se inserem.

Se o associativismo é a subtracção do individualismo, a associação é a adição do individual. Se se incluir a formação e a capacitação a esta equação, as contas têm naturalmente que dar certo.



<u>OPINIÃO</u>

ADELINO SOARES

MEMBRO DA DIREÇÃO DA CPCCRD

O PROJETO DE CAPACITAÇÃO A PARTIR DO GABINETE NORTE



Quem chegar agora ao associativismo, e se deparar com a insistência em se prestar a devida atenção à oferta formativa para dirigentes associativos, fica com a ideia de que se esteja perante um processo inovador, porque se trata de formação. Lentamente vai descobrindo que a formação associativa se desenvolve já há longos anos e é de facto necessário insistir, quanto mais não seja porque, apesar das dificuldades, vão sempre aparecendo novos e mais jovens dirigentes – e sendo certo que, tal como a vida, as leis, aqui a acolá, se vão alterando.

O que significa que, a par de uma certa necessidade de reciclagem, existe sempre qualquer coisa mais para se aprender. Existe ainda uma outra razão fundamental a ter em conta: é que os dirigentes não são profissionais do associativismo, não estão dedicados a tempo inteiro às suas tarefas associativas.

Sendo assim, não sendo nós profissionais, nem tendo apoios profissionalizados na imensa maioria das coletividades, nem defendendo nós tal princípio, e apesar de um crescendo de reformados que se vão disponibilizando para o dirigismo associativo, diga-se de passagem que é necessário combater a ideia de que todos já sabem tudo. Não fosse em muitos casos a experiência de vida



adquirida pelos mais velhos, nas mais variadas actividades associativas, e sentiríamos muitas dificuldades em acompanhar e perceber o movimento associativo.

Sou de opinião que todo o processo de formação transporta consigo uma imensa dificuldade de aceitação, por parte dos seus destinatários. Em várias situações conhecidas, as formações só são aceites se tiverem alguma contrapartida monetária. Se tal não acontecer, as inscrições acontecem por exigência superior.

Não é essa a nossa função, a nossa atitude. Os dirigentes associativos participam porque querem cumprir melhor as suas responsabilidades. Monetariamente não ganham nada com isso. Somente o suporte das suas despesas. E nem todos. Então, só poder existir um obstáculo: é o de se pensar que já não se tem nada a aprender. É essa a nossa dificuldade, mas também a nossa forte motivação e entusiasmo para ganhar os dirigentes para a formação associativa.

Foi com este espirito que se deu andamento a este processo, o da formação dos dirigentes associativos, com a apresentação da candidatura e sua aceitação da

Capacitação da Confederação/POISE 2020. E se procedeu à criação dos 3 Gabinetes – e se avançou para a designação do Gabinete Norte.

Três questões foram fundamentais para um início positivo no funcionamento deste Gabinete. A equipa responsável, composta por 3 dirigentes (eu próprio, o Bessa Carvalho e o Júlio Nascimento). O espaço arrendado à Academia das Coletividades do Distrito do Porto, com boas condições, necessárias e centrais. E a contratação de uma funcionária em regime de meio tempo para o tratamento do processo de secretaria do Projeto.

De salientar o acompanhamento inicial da Clementina Henriques, com todo o esforço e transmissão de saberes; e, em consequência da sua retirada, o acompanhamento prestado pela Ababela Lança, que, pela sua constante insistência, permitiu minimizar várias dificuldades iniciais, porque estávamos/estamos perante um processo com várias dificuldades e exigências mais ou menos burocráticas – e que, aqui e acolá, deram origem a alguns malentendidos.

Após a sua instalação, avançou-se para o processo de envolvimento e comunicação com todos os dirigentes nacionais, tanto da Direção Nacional como do Conselho Nacional, assim como com os responsáveis das nossas Estruturas Associativas Concelhias situadas a partir de Aveiro para todo o norte do país. Por decisão do gabinete, e opinião central favorável, foi aceite naturalmente a participação de qualquer dirigente associativo, acompanhasse ou não qualquer dirigente da sua Estrutura Concelhia. Decidiu-se ainda descentralizar a formação, sempre em colaboração positiva com a entidade formativa, IEBA, realizando duas sessões em Estarreja, para abranger o Distrito de Aveiro, e outras duas em Barcelos, para abarcar todo o Minho.

Com mais ou menos dificuldade, deu-se cumprimento aos objectivos determinados centralmente para o Gabinete Norte. Em jeito de conclusão, e ficando como fator positivo a formação obtida por todos que sentiram interesse em saber mais, não quer tudo isto dizer que este processo foi uma beleza. Se este processo tinha como objetivo formar dirigentes para depois formarem outros dirigentes, pensamos que tal não foi conseguido de todo. Estaremos alguns preparados para poder ministrar formação associativa em colectividades do nosso espaço territorial. É uma verdade. Mas soube a pouco. Precisamos de mais.

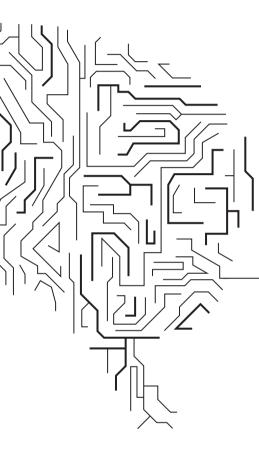
Tivemos também algumas incompreensões nas questões da burocracia, pelos atrasos nas respostas a dados que nos eram exigidos para apresentação central. Para centralmente, serem apresentados aos gestores do POISE. Causou-



nos também problemas a dificuldade de pagamento de despesas várias, atempadamente.

Em geral, fica-nos uma boa experiência para futuras formações. É uma necessidade premente aprofundar este processo de capacitação, sendo certo que a nova candidatura apresentada, sendo mais arrojada, também nos vais responsabilizar mais, a vários títulos.

Devemos estar preparados para dar resposta ao futuro!



<u>OPINIÃO</u>

CARLOS FRANCO

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETIVIDADES DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

O PROJETO DE CAPACITAÇÃO DA CPCCRD

Falar hoje do projeto de Capacitação, levado a efeito pelas Organizações com representação no CNES (Conselho Nacional da Economia Social), particularmente pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD), dos impactos no desempenho dos seus dirigentes e, no limite, na gestão organizacional das coletividades e estruturas associativas, requer, do meu caso, enquanto presidente de uma coletividade e de uma estrutura descentralizada, Associação de Coletividades do Concelho de Marinha Grande (ACCMG), alguma reflexão e uma pequena viagem à minha iniciação no Movimento Associativo Popular (MAP).

Em boa verdade, o meu percurso de dirigente associativo tem início em 1981, na Associação Cultural e Recreativa da Comeira (ACRC), de que hoje sou presidente. Entre 1988 e 2006 estive afastado do trabalho associativo, devido à minha profissão (motorista dos Transportes Internacionais Rodoviários (TIR).

Voltei aos órgãos sociais da ACRC em 2007. Por essa altura, nem sequer tinha conhecimento da existência da CPCCRD. Em 2010 assisto a uma reunião de coletividades onde foi eleita uma comissão instaladora da Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande. Em 2011 assumo a presidência da ACRC receando não estar preparado para um cargo tão exigente. Em 2015 assumo a presidência da ACCMG. Quando dizia que não estava preparado para ser presidente, tinha a ver com o facto de, na altura, não ter qualquer plano de ação ou objetivos definidos a não ser manter a associação aberta à comunidade, muito menos uma estratégia de desenvolvimento, o chamado plano estratégico.

Através do contacto que fui tendo com outros dirigentes associativos, a nível nacional, quer nos conselhos nacionais, quer nos congressos das coletividades, ganhei uma nova visão do associativismo. Ganhei motivação, estimulei-me e consegui estimular, e envolver, outros associativistas.

Finalmente, e saltando alguns elementos de menor relevância, direi que, com o projecto de "Capacitação" a mudança é manifesta. Os impactos são fortes e de grande visibilidade. Fui desafiado à mudança, passando do que poderíamos designar de um mero "consumidor" associativo a "produtor" dos valores e princípios associativos. O projeto, com as variadas atividades desenvolvidas, permite-me uma autorrepresentação mais rica e consciente, transportando-me a um patamar mais exigente, mas muito mais compensador. Considero-me, hoje, um agente da sociedade que faz um trabalho voluntário e benévolo e que tem destinatários. Um trabalho com objetivos, virado para a obtenção de resultados. Um trabalho com um retorno, imaterial, incomensurável.



Participar no Projeto de Capacitação veio reforçar inúmeras dimensões do meu conhecimento para cumprir uma missão, ter visão e defender valores como a solidariedade, justiça, fraternidade e lealdade. A Capacitação está a oferecer-me conhecimento para pensar e projetar o futuro da associação a longo prazo, para a construção de parcerias, para pensar em conjunto, para intervir a nível comunitário, prevenindo a exclusão e incrementando a cultura, o desporto, o recreio e o lazer, nas diferentes dimensões etárias e de género. A capacitação dáme conhecimentos que posso transmitir a outros dirigentes, assim eu tenha o poder de comunicação para o fazer.



gRande RePageM

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL





CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL

1.º Congresso Nacional da Economia Social 2017

a sequência de proposta aprovada pelo plenário do Conselho Nacional da Economia Social (CNES) realizouse, ao longo de 2017, o 1.º Congresso Nacional da Economia Social, organizado em torno de várias sessões temáticas, descentralizadas, e de uma sessão final.

Os objetivos eram claros:

- Reforçar o setor da economia social no plano institucional, legal e organizacional, promovendo o reforço do seu papel na economia e na sociedade portuguesa;
- Promover, e aprofundar, um debate alargado em torno de temas nacionais e internacionais relevantes para a economia social portuguesa e para as entidades que a integram;
- Formular, sob forma de declaração comum, um conjunto de recomendações que, no respeito da diversidade, contribuam para uma melhoria qualitativa da representatividade do sector da economia social perante os poderes públicos, a sociedade em geral e, em particular, as instâncias de concertação social.

Foram realizadas quatro sessões temáticas, uma por cada bimestre (janeiro/fevereiro, março/abril, maio/junho e setembro/outubro):

 a) Caracterização da Economia Social em Portugal: A Conta Satélite da Economia Social/2013 (17 de fevereiro). INE – Lisboa:

- b) A Economia Social e o relacionamento com o Estado (18 de abril). AGROS – Póvoa de Varzim:
- c) A Economia Social, os novos conceitos e modelos de organização e de governança (2 de junho) - Mangualde;
- d) Economia Social: das pessoas, com as pessoas (8 de setembro) – Évora.

A sessão final, realizada no dia 14 de novembro, no Grande Auditório do ISCTE, em Lisboa, encerrou esse ciclo de sessões.

Para além de um debate alargado em torno de temas nacionais e internacionais relevantes para a economia social, e para as entidades que a integram, esta derradeira sessão ficou ainda marcada pela assinatura da Carta de Compromisso para a criação da Confederação da Economia Social Portuguesa, subscrita pelas seguintes estruturas:

- Animar
- CNIS
- Confagri
- Confecoop
- CPCCRD
- Centro Português de Fundações
- União das Misericórdias Portuguesas
- União das Mutualidades Portuguesas.



Congresso Nacional da Economia Social Sessão de encerramento ISCTE – Lisboa

Senhores membros do Governo Senhoras e senhores Deputados Senhoras e senhores Convidados Caros Colegas e Amigos Congressistas

Um sistema económico misto – é parte da resposta global

Ao encerrarmos este Congresso da Economia Social, não poderíamos deixar de analisar uma das questões centrais da nossa sociedade: a propriedade dos meios de produção e a distribuição da riqueza produzida.

O sistema económico e social dominante assenta essencialmente na exploração de mais-valia da força de trabalho e na distribuição assimétrica da riqueza gerada. O sistema capitalista em que vivemos tudo faz para moldar o Homem à sua imagem. As suas características iniciais de desenvolvimento e de progresso foram sendo substituídas pela vertigem do lucro desenfreado, esgotamento de recursos naturais, acumulação e centralização de capital.

Existem receios de questionar as verdadeiras causas das desigualdades, da exclusão e das assimetrias regionais e sociais. Existem até preconceitos em

usar os termos e vocábulos que a ciência política ou ciência económica lhes atribui. Assistimos por vezes ao uso indevido de termos e conceitos da economia social para maquilhagem da economia de capital.

A este modelo económico, corresponde, por razões históricas e sociológicas, um modelo social com respostas determinadas e eficazes mas que assentam na remediação em vez da prevenção. A falta de resposta do Estado em muitas das suas obrigações sociais, obriga e pressiona as famílias a recorrer às entidades da economia social.

A economia social tem contribuído por um lado para a solução de problemas reais e urgentes, sendo mesmo a "Arca de Noé" da economia e das pessoas em situações de crise aguda como aquela por que passámos há pouco tempo. É caso para perguntar se é o Estado que apoia as entidades da economia social ou se são estas que apoiam o Estado. Por outro lado, a Economia Social é usada como almofada social que acaba por amortecer as consequências do sistema económico, financeiro e das políticas erradas de sucessivos governos.

Será isso que explica em boa parte o crescimento da economia cooperativa e social nestes últimos tempos. Importa por isso, regular e reequilibrar o sistema económico e social através de correctas políticas públicas e de outras soluções alternativas como a economia cooperativa e social.

2017 - Um ano excecional para a Economia Social

Estamos a encerrar o ciclo de um ano de intenso trabalho. Exactamente no dia 14 de Novembro de 2016, fomos desafiados pelo Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a realizar um Congresso e a constituir uma entidade de topo que representasse a Economia Social como um todo.

Ainda que alguns de nós possam ter pensado nisto antes, a falta de iniciativa ou o medo de arriscar trabalhar em conjunto não permitiram que tivéssemos dado esse passo. Identificamos aqui uma das nossas debilidades e daí devermos retirar ilações. O termos aceite o desafio e a partir desse momento tudo termos feito para alcançarmos os objectivos, veio demonstrar as nossas potencialidades. Nova lição e nova oportunidade de aprender com a vida.



Não foi um caminho fácil. Tivemos que nos despir de alguns preconceitos, dar-nos a conhecer, ouvir e reflectir sobre propostas de outros que têm diferentes formas de funcionamento e de visão sobre a sociedade. Simultaneamente, encontrámos muitas semelhanças, pontos de convergência e razões de acção comum. Foi uma extraordinária experiência de interação entre entidades que mantêm a sua identidade e independência.

As Sessões Temáticas foram meticulosamente preparadas e a escolha dos convidados e dos locais não foram mero acaso. Conjugaram-se necessidades com disponibilidades e respeitou-se a vontade dos que desejaram papéis mais discretos com os que se submeteram ao escrutínio da assistência. Talvez pudéssemos ter ido mais longe na diversificação de convidados, de assuntos tratados e até participantes na assistência. Por seu lado, a Comunicação Social, salvo raríssimas excepções, pautou-se pela ausência. O que corre bem neste país continua a não interessar a boa parte da Comunicação Social. No futuro, não lhes faltarão oportunidades.

A par de um intenso trabalho de reflexão, de diagnóstico das questões mais estratégicas às mais finas, mais particulares, fomo-nos conhecendo do ponto de vista pessoal e do ponto de vista institucional. O peso absoluto de cada uma das entidades foi-se transformando em peso relativo e fomos assim capazes de chegar a consenso em muitas matérias.

Centrados nos princípios da Constituição da República e da Lei de Bases da Economia Social, encontrámos soluções para quase tudo, que a todos conforta e que respondem às questões essenciais da economia social portuguesa. Olhando para trás, podemos afirmar que nada será como dantes.

Um presente onde se prepara o futuro

Entretanto, a vida das instituições e do país não parou. Apontaram-se sugestões para um futuro Estatuto Fiscal da Economia Social que teria sido oportuno termos hoje aqui o seu modelo final.

Desenvolveu-se a primeira fase da Capacitação das entidades com assento no CNES. Foi pena não termos conversado mais uns com os outros, trocado experiências e sido ouvidos pelas entidades responsáveis entre esta e a segunda fase que deverá ter início até final do ano.

Foi alterada a composição do Conselho Económico e Social tendo sido incluída mais uma das entidades, neste caso a Confederação das Colectividades, mas tendo ainda ficado algumas de fora, como são os casos das Associações de Desenvolvimento Local e as Fundações o que, de acordo com a LBES, não é admissível.

Foi elaborado o OE.2018, em fase de aprovação final, para o qual nós Confederação das Colectividades apresentámos propostas em tempo útil. Foi pena a nossa proposta de apresentarmos propostas conjuntas não ter sido acompanhada pelas restantes entidades.

Foram-nos apresentadas as bases para a década 20/30 a discutir com a União Europeia, estando em discussão o documento final sobre o qual ainda nos podemos e devemos pronunciar. Será mais uma oportunidade para mostrarmos a capacidade de reflectir e de propor medidas que vão ao encontro das necessidades do nosso Povo e do nosso País.

As pontes estão construídas. A CESP será o meio de transporte!

A experiência mostra-nos que estamos no caminho certo ao contribuirmos para uma Economia Social mais forte, porque é solidária entre si, se realimenta económica e financeiramente, sendo cada vez mais diversa e mais plural. O caminho percorrido neste ano confirma que temos muito a dar e a receber deste sector da economia que cresce dia a dia.

A constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa - CESP

– poderá ser uma boa oportunidade para integrar todas as entidades que, estando fora das instâncias de aconselhamento, se vejam representadas entre pares e assim contribuir para o diagnóstico e resolução dos problemas sentidos na Economia Social. Devemos ser o exemplo da abertura, diálogo, democracia e transparência.

Devemos pautar a nossa actividade pela defesa da solidariedade activa enquanto conceito e prática. Devemos pautar pela apresentação de propostas concretas de acordo com os objectivos estatutários da CESP e que na prática consubstanciem acções comuns ou convergentes nas áreas da Capacitação que decorre até 2021; Fundos Comunitários 2030; Visibilidade através do tempo de antena; Apresentação de propostas ao OE; Estatuto Fiscal da Economia Social; Cumprimento da Lei de Bases da Economia Social; inclusão no CES das restantes entidades do CNES.

Senhoras e senhores convidados

Caros colegas e amigos congressistas

Enquanto Movimento Associativo Popular de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto com acção social preventiva e contribuintes líquidos do Orçamento de Estado, o nosso objectivo final será sempre o de contribuir para uma maior equidade, justiça social, integração social, melhores condições de vida das comunidades para que cada ser humano seja mais feliz.

Porque a Economia Cooperativa e Social é um dos pilares da democracia, e o Voluntariado que em parte a suporta um pilar da cidadania, vamos assumir o nosso papel de agentes de transformação e de mudança para um Mundo melhor!

Por último, formulamos o desejo que daqui a um ano, ou dois... ou três estejamos a comemorar o dia 14 de Novembro como o Dia Nacional da Economia Social!

Muito obrigado!

Augusto Flor Presidente da CPCCRD





CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES **DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO**



Conselho Nacional

(Extraordinário)

Resolução Associativa

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

A Economia Social

A Economia Social (ES) é um conceito que tem tido o seu desenvolvimento ao longo dos últimos anos e tem sido objecto de vários entendimentos. Do ponto de vista legal, está prevista na CRP de 1976, no seu Artº 84º (Cooperativismo), como sendo uma das três áreas da economia. A revisão constitucional (1989) veio conferir-lhe uma nova perspectiva, alargando o conceito de meramente economia cooperativa para economia cooperativa e social tal como se pode ler no Artº 82°; nº 4.

Por sua vez, com aprovação na AR da Lei de Bases da Economia Social (Lei 30/2013, de 8 Maio), por unanimidade, ficou ainda mais claro quais as "famílias" e entidades que integravam a Economia Social.

Paralelamente, desenvolveu-se também o conceito de Voluntariado. Não obstante um percurso que começara em 2007, a partir de 2011, ano em que se comemorou o Ano Europeu do Voluntariado, os Dirigentes Associativos foram reconhecidos como Voluntários uma vez que preenchiam todos os requisitos nacionais e internacionais. Nós próprios assumimos essa condição ao ter integrado a Comissão Nacional do Ano Europeu do Voluntariado através de um Comissário Nacional em representação da nossa Confederação.

Em 2012, pela primeira vez, a nossa Confederação foi integrada de pleno direito, ocupando o cargo no Plenário e na Comissão Executiva do CNES - Conselho Nacional para a Economia Social. Seria o reconhecimento formal por parte do Estado, entenda-se Governo, preenchendo assim parte do que fora decidido pela AR quando da aprovação da Lei 34/2003, de 22 de Agosto, que já então nos reconhecia o Estatuto de Parceiro Social.

Ainda em 2012, por força desse reconhecimento, passámos a integrar, de pleno direito, o Plenário e a Comissão Directiva do CND - Conselho Nacional do Desporto.

No ano de 2013, ao ser publicada a Conta Satélite da Economia Social, foi confirmada a importância quantitativa e qualitativa do nosso movimento, quando se concluiu que mais de 50% das entidades existentes em Portugal eram de cultura, recreio e desporto.

Em 2017, no âmbito da recomposição do CES, somos integrados neste fórum (Lei 81/2017, de 18 de Agosto), culminado assim 14 anos de lutas, abaixo assinados, reuniões com deputados e governantes de várias legislaturas e maiorias de diversos quadrantes políticos.

Aqui chegados, podemos afirmar que não nos deram nada. Não temos qualquer sentimento de ingratidão mas também não devemos nada a ninguém não obstante neste longo processo ter havido quem demostrasse maior sensibilidade e coerência entre o discurso e a prática. Fomos ouvidos e reconhecidos pelos méritos do trabalho abnegado de mais de 425.000 Dirigentes associativos, voluntários, benévolos e eleitos e pela persistência da nossa Confederação.

A experiência que conta

Os contactos realizados ao longo destes anos com várias entidades da ES, foram permitindo recolher dados, informações, experiências práticas que se traduziram num maior conhecimento da realidade económica e social. Ao mesmo tempo, fomos dando informações e apresentando perspectivas que outros não tinham e até desconheciam o nosso funcionamento e razão de ser.

Constatámos que resultado do sistema económico e social existente que assenta na exploração de mais-valia da força de trabalho, próprio do sistema capitalista em que vivemos, mas também das opções políticas de vários governos e das contingências nacionais e internacionais, acentuam-se as desigualdades, a exclusão social e a injustiça social.

O próprio Estado, através de acção deliberada ou de incumprimento por omissão, tem transferido para as pessoas e as famílias o peso da responsabilidade social que lhe compete por

lei. As pessoas e as famílias por sua vez, incapazes de resolver os seus problemas, recorrem às instituições que se vêm a braços com cada vez mais solicitações. Passados mais de 100 anos de sermos uma República, mas de 40 anos de sermos uma democracia e mais de 30 anos de integrarmos a União Europeia, continuamos a ter necessidades de respostas sociais por parte da sociedade civil de um país económica e socialmente atrasado.

Em resposta a toda esta situação, reagindo em cada caso concreto e de forma complementar, existe uma fortíssima rede social em Portugal que responde com eficiência aos casos agudos de exclusão social. Casos agudos que, por falta de uma visão estratégica e integrada de políticas económicas e sociais, que previna em vez de remediar, se perpetuam e transformam em situação crónica.

Não defendemos uma sociedade que dependa exclusivamente do Estado. Mas também não aceitamos que o Estado, a quem confiamos os nossos recursos e a sua justa redistribuição, se demita das suas responsabilidades económicas e sociais e as transfira para as pessoas, as famílias e as instituições.

Por seu lado, o Movimento Associativo Popular, pelas suas características históricas e sócio - antropológicas, contribui para a inclusão social pela via preventiva, integrando nas suas actividades culturais, recreativas e desportivas centenas de milhares de crianças, jovens, adultos e idosos de todas as localidades. É a maior rede de inclusão social e de voluntariado do país e contribui de forma decisiva para a economia local, regional e nacional.

A experiência mostra-nos que estamos no caminho certo ao contribuirmos para uma ES mais forte, mais diversa e mais plural. O caminho percorrido confirma que temos muito a dar e a receber deste sector da economia que cresce dia a dia. O objectivo final será sempre o de contribuir para uma maior equidade, justiça social, integração social e melhores condições de vida das comunidades.

A experiência recomenda que prossigamos este caminho, manifestando os nossos pontos de vista, as nossas perspectivas, as nossas diferenças identitárias, os nossos princípios e valores perante o presente e o futuro. Consideramos que devemos prosseguir o rumo do reconhecimento pelos nossos parceiros da ES e pelas entidades nacionais e internacionais através da presença, da intervenção e acção responsável e solidária. Depois de largos anos em que nos quiseram isolar e manter no anonimato, não podemos deixar que tal volte a acontecer.

O Congresso Nacional da Economia Social e a constituição da Confederação Portuguesa da Economia Social

Desafiados pelo Ministro do Emprego, Solidariedade e Segurança Social a realizar um Congresso da Economia Social, em sede da Comissão Executiva, o mesmo foi aceite. Foi ainda aventada a possibilidade deste Congresso contribuir para o diagnóstico da situação da ES em Portugal e ser constitutivo de uma estrutura nacional da ES. O Governo manter-se-ia equidistante, apoiando financeira e logisticamente através da CASES.

Após a constituição de uma Comissão Organizadora que integrámos, o Congresso desenvolveu-se ao longo do ano de 2017, tendo realizado 4 Sessões Temáticas: Lisboa; Póvoa do Varzim; Mangualde e Évora.

Nestas 4 Sessões, não obstante as diferentes temáticas abordadas, tivemos sempre uma participação activa no planeamento, programação e funcionamento. Tivemos ainda a possibilidade de indicar um conjunto de oradores e moderadores. Participámos em média entre 20 a 30 Dirigentes Associativos em cada sessão.

Paralelamente, foi criada uma Comissão Técnica para a elaboração de Estatutos com vista à criação de uma Confederação da Economia Social composta por juristas. A proposta inicial foi posteriormente apreciada pelos Dirigentes das 8 entidades e uma personalidade, todos membros do CNES, tendo a nossa Confederação contribuído para que os Estatutos incorporassem a lógica associativa. Foi assegurado desde o início que a nossa Confederação só se pronunciaria pela letra e espírito dos Estatutos sem que tal comprometesse a decisão de adesão imediata.

No CN de Março, foi dada informação do decorrer do Congresso e foi deliberado que, quanto à futura adesão à CPES, a Direcção acompanharia todo o processo e agendaria com a Mesa do Congresso um CN extraordinário para ser este a deliberar tão importante matéria. Este é o momento de tomar a decisão.

Proposta de deliberação

Considerando:

- que a CPCCRD tem feito um caminho de reconhecimento e valorização do MAP junto de entidades públicas, privadas e sociais ao longo dos últimos 15 anos, combatendo a exclusão e o isolamento a que esteve sujeito;
- que tem uma posição ideológica bem definida quanto ao seu papel na sociedade portuguesa como agentes de transformação social e não como almofada das políticas económicas e sociais que conduzem à exclusão social;
- que defendemos um modelo social de responsabilidade e acção do Estado com políticas e meios próprios de acordo com a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases da Economia Social;
- que temos reafirmado a importância e particularidade do papel dos Dirigentes associativos voluntários, benévolos e eleitos que pelas suas responsabilidades civis e criminais são distintos de outras formas de voluntariado igualmente importantes;
- que os Estatutos da CPES contemplam a realidade associativa por nós representada, garantindo os

- princípios da paridade, representatividade, não intromissão ou substituição das suas filiadas, constituindo uma mais valia para a ES no seu todo;
- que a nossa Confederação é a histórica e legítima representante do Movimento Associativo Popular e não existem outras entidades que o possam representar na futura CPES.

O Conselho Nacional recomenda à Direcção:

- Saudar a realização do Congresso Nacional da Economia Social e empenhar-se na participação da sua Sessão de Encerramento dia 14 de Novembro em Lisboa:
- Integrar o grupo das entidades fundadoras da Confederação Portuguesa da Economia Social, subscrevendo os Estatutos;
- 3. Integrar a Comissão Instaladora se para tal for convidada;
- 4. Integrar os Órgãos Sociais de acordo com as disponibilidades e interesses do nosso movimento;
- 5. Pautar a sua acção pela apresentação de propostas concretas de acordo com os objectivos estatutários da CPES e que na prática consubstanciem acções comuns ou convergentes nas áreas da Capacitação que decorre até 2021; Fundos Comunitários 2030; Visibilidade através do tempo de antena; inclusão no CES das restantes entidades do CNES; Apresentação de propostas ao OE; Estatuto Fiscal da Economia Social; Revisão da legislação associativa;
- 6. Manter o CN e o MAP informados da sua acção de forma regular.

Lisboa, 14 Outubro 2017 O Conselho Nacional da CPCCRD

EstUdos

ANDRÉ PRINCIPE

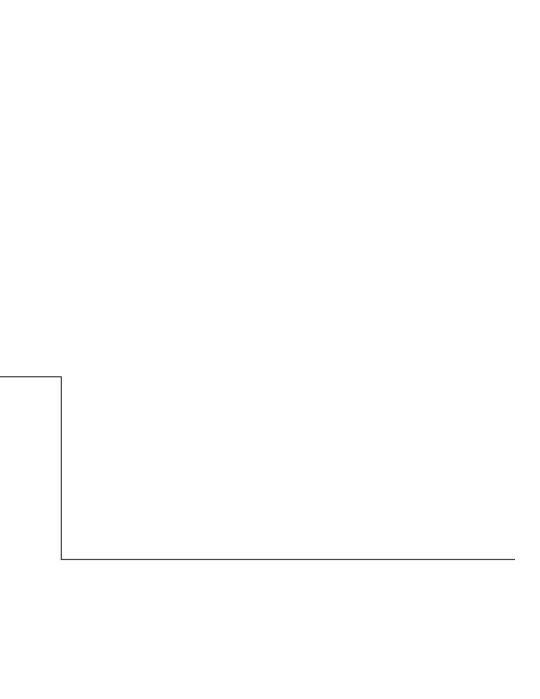
MESTRE EM ECONOMIA E GESTÃO DA INOVAÇÃO

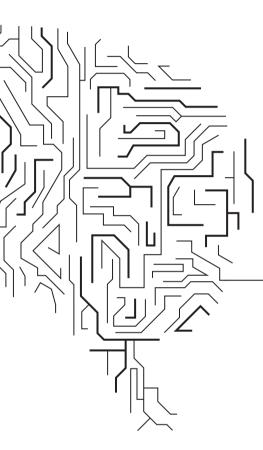
LUÍS FILIPE MAÇARICO

ANTROPÓLOGO E INVESTIGADOR

REPERTÓRIO PARA INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS

CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO DE LOURES





ANDRÉ PRINCIPE

MESTRE EM ECONOMIA E GESTÃO DA INOVAÇÃO

ASSOCIATIVISMO CULTURAL, CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE -

Inovação, coesão social e mudança sustentável. Estudo de caso sobre a Casa Bô, no Porto.

Sumário:

- 1 ¬ Resumo
- 2 Introdução
- 3 ¬ Metodologia
- 4 ¬ Resultados
- 5 ¬ Uma nova teoria: os 5 Ts da Economia da Coesão Social
- 6 Conclusões

1 ¬ Resumo

ste artigo tem como objetivo apresentar os resultados da dissertação final de curso no âmbito do Mestrado em Economia e Gestão da Inovação, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto – FEP. Na questão central do estudo de caso sobre a Associação Cultural, Ambiental e de Solidariedade Social – Casa Bô investiga-se em que medida a criatividade e iniciativas da classe criativa artística e dos membros da associação contribuem para a sustentabilidade dos pilares cultural, ambiental e de solidariedade social (Principe, 2016).

A metodologia adotada para o estudo de caso foi mista, predominantemente qualitativa com análise documental, entrevistas e observação de campo e quantitativa para a identificação dos tipos e quantidade de eventos culturais oriundos das chamadas indústrias criativas.

Com esse estudo foi possível verificar que o associativismo cultural é um espaço urbano alternativo de arte e cultura que promove uma agenda de eventos que, apesar de em menor escala, é mais diversificada e variada quando comparada com os demais espaços culturais, comerciais ou não. Essa característica permite acesso e oportunidade de parte da classe criativa artística em desenvolvimento para apresentar o seu trabalho ou expressar a sua arte em público.

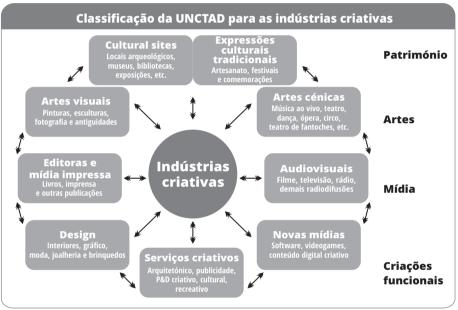
Pelo seu caráter intimista, flexível e de abertura, as associações culturais funcionam como um laboratório criativo, servindo como uma incubadora de talentos, um espaço para experimentação, em que há partilha de conhecimentos e interações sociais, promovendo coesão social. Este tipo de espaço oferece ao público local e turistas uma oferta diferenciada de cultura, coesão e inclusão social, uma vez que não há barreiras à entrada – funciona a prática do donativo consciente e as estimativas mostraram que cerca de 75% do público presente contribuiu com o valor sugerido, sendo que 25% dos presentes puderam usufruir dos eventos e dos jantares sociais sem contrapartida financeira.

2 - Introdução

A associação cultural Casa Bô iniciou a sua atividade em março de 2015 com seis voluntários, num prédio de três andares em situação devoluta, na Freguesia do Bonfim, no Porto, fruto de um acordo privado de uso do espaço com

um arrendamento de valor simbólico pelo período de 10 anos, em troca da reabilitação urbana.

A investigação centrou-se na influência da criatividade do espaço e da classe criativa para a sustentabilidade dos pilares da Casa Bô. No pilar cultural, a associação atrai a classe artística de diferentes influências das chamadas indústrias criativas. A figura 1 abaixo mostra a classificação das indústrias criativas de acordo com a UNCTAD¹ (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento [UNCTAD], 2012, p.8).



Fonte: UNCTAD

A Casa Bô realiza eventos culturais em três dos quatro grupos (Património, Artes e Media), em seis das nove indústrias criativas, a saber:

- Audiovisuais (apresentação de filmes e documentários);
- Artes cénicas ou performáticas (concertos de música ao vivo, danças, teatro);
- Expressões culturais tradicionais (oficinas e loja de artesanato de artistas locais, participação em eventos culturais e folclóricos do Porto, como as Festas de São João e o Magusto);

¹ United Nations on Conference of Trade and Development. Em português: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

- Sítio cultural (associação cultural como local cultural de exposições, etc.);
- Artes visuais (exposições de serigrafia, pintura, gravura e fotografia);
- Editoras e media impressa (lançamento de livros de artistas locais e tertúlias de poesia).

No pilar ambiental, a associação promove iniciativas de conscientização ambiental e ecológica. Uma das práticas diz respeito ao cardápio vegetariano dos jantares sociais. Outra iniciativa é a prática de permacultura no quintal da associação, com o cultivo de verduras e legumes em horta vertical que são aproveitados nas refeições sociais antes dos eventos culturais.

No pilar de solidariedade social apoiam-se projetos de intervenção social com o voluntariado dos membros da Casa Bô e ações de visitas em lares de idosos, casa de deficientes visuais como a Associação Acapo², na Freguesia do Bonfim, e missões de voluntariado em zonas rurais do Norte de Portugal, como a missão que ocorreu em Aboadela em julho de 2016, uma Freguesia extinta do Concelho de Amarante, pertencente hoje a União de Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea.

Outra iniciativa no pilar de solidariedade social é a própria cultura do donativo consciente para participação dos eventos culturais e jantares sociais. Por meio desta iniciativa, a Casa Bô é um espaço de portas abertas, sem restrições ou barreiras à entrada, permitindo que todas as pessoas, de quaisquer condições ou classes sociais, possam usufruir dos eventos ou jantares, com ou sem disponibilidade de recursos monetários.

A partir da questão principal, analisaram-se outras 15 questões secundárias, como: o empoderamento dos atores sociais que frequentam o espaço associativo; a efetividade da entrada nos eventos culturais e jantares sociais por donativo consciente para a sustentabilidade económica na geração de Economia Social e inclusão e coesão social dos indivíduos; a interligação dos pilares sociais da Casa Bô para o cumprimento dos objetivos de intervenção e cariz social; quais as contribuições da associação para a comunidade local da Freguesia do Bonfim; qual o perfil criativo dos eventos culturais da Casa Bô face à sua quantidade e tipos de eventos; a contribuição e influência da associação para o turismo emergente na cidade do Porto.

² Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. (2014). Retrieved July 3, 2017, from http://www.acapo.pt/.

3 - Metodologia

A metodologia adotada para a dissertação foi a modalidade de um estudo de caso. O tipo de pesquisa foi misto, com uma abordagem predominantemente qualitativa, com o emprego de técnicas como a análise documental (sete documentos), 18 entrevistas semi-estruturadas (sete horas de áudio) e observação semi-participante (86 horas em campo). As entrevistas foram realizadas com pessoas de oito nacionalidades e de seis papéis sociais distintos. Criou-se um diário de observação com 21 registos, cada um com a estrutura de um cabeçalho, descrição e reflexão sobre o evento observado, conforme o modelo abaixo, na Figura 2 (Principe, 2016, p. 34).

ata									
	Início da observação:			servação:					
Horario	Agendado do evento:		Atraso:						
ocal									
vento									
Classificação	UNCTAD Indústrias Criativas UNESCO Thesaurus								
Objetivo									
I.º participantes			Donativo s	ugerido:					
rrecadação	Potencial:	Real:		Percentual:					
	Door								
	Des	crição							
Reflexão									

Figura 2: Modelo de diário de observação. Fonte: elaborado pelo autor.

O cabeçalho contém informações como a classificação do evento pela tabela de indústrias criativas da UNCTAD, a classificação dos eventos pelo

Thesaurus³ da UNESCO⁴ (UNESCO, n.d.) e informações sobre o número de participantes e arrecadação dos eventos para cálculo de estimativa de sustentabilidade económica.

Foram feitas observações de eventos internos e externos à Casa Bô. Os eventos internos observados foram os jantares sociais e os eventos culturais como os concertos, eventos de literatura, chamados de "noites de poesia", eventos de dança e meditação e uma oficina de artesanato. Os eventos externos foram observações durante o Festival Bô, ocorrido em Amarante, a missão de voluntariado na Freguesia de Aboadela (zona rural de Amarante), um evento na Associação Résda-Rua e uma apresentação de artistas de rua que passaram pela Casa Bô.

Utilizou-se também a abordagem quantitativa para a comparação de nove equipamentos culturais do Porto, sendo quatro associações culturais: Casa da Horta, Casa Bô, Espaço Compasso e Rés-da-Rua, e cinco equipamentos culturais convencionais: Casa da Música, Coliseu do Porto, Hard Club, Maus Hábitos e Serralves. Houve a recolha da totalidade de eventos culturais desses nove casos, no período de outubro/2015 a agosto/2016, num universo de 5.155 amostras. Utilizou-se como fonte primária para a recolha de dados as informações fornecidas pelo website de eventos Viral Agenda⁵, que agrega as agendas de eventos do Facebook de promotores culturais diversos em Portugal.

As amostras foram agrupadas em três grelhas distintas: a primeira com os nove casos agrupados, a segunda apenas com as quatro associações culturais e a terceira com os cinco equipamentos culturais convencionais e a Casa Bô. Em cada grelha as informações foram divididas em linhas por tipos de eventos, conforme a classificação dos eventos de acordo com o website Viral Agenda (foram identificadas 21 classificações para as 5.155 amostras). Uma coluna com o montante de eventos por tipo de cada equipamento cultural, bem como a percentagem de cada tipo de evento em relação ao total dos 21 tipos identificados foi adicionada no intuito de se analisar a proporcionalidade e representatividade dos tipos de eventos e a percentagem de eventos de natureza criativa em relação a cada equipamento cultural e ao total da amostra. Para cada grelha, foram desenvolvidas análises interpretativas e comparativas a partir dos números e reflexões obtidas.

³ Um vocabulário controlado para um entendimento mais detalhado em relação à equivalência, hierarquia e associação entre os termos na área das indústrias criativas (Harpring, 2016, p. 280).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁵ VIRAL – Agenda Cultural. (n.d.). Retrieved July 2, 2017, from https://www.viralagenda.com/.

Indústrias Culturais do Porto: amostragem de 9 locais por número de eventos por tipo

			1	2	3	4	5	6	7	8	9			
	Tipos de eventos (viral agenda)	Classificação dos tipos de eventos UNCTAD Indústria criativa (12 de 21)	Casa da Música	Casa da Horta	Coliseu do Porto	Casa Bô	Espaço Compasso	Hard Club	Maus Hábitos	Rés-da-rua	Serraives	N.º total eventos por tipo	% evento por tipo	% tipo de eventos pelas 9 indústrias
1	Académicos				12			8	2			22	0,4	33%
2	Bem-estar		5	2		16	31	1	1		22	78	1,5	78%
3	Cinema e Vídeo	audiovisuais	13	65	1	4	18	36	29	54	60	280	5,4	100%
4	Clubbing	artes cénicas (música)	41		1	3	32	504	118		3	702	13,6	78%
5	Comédia	artes cénicas		1	5			3				9	0,2	33%
6	Concertos	artes cénicas (música)	962	110	197	56	128	428	123	32	33	2.069	40,1	100%
7	Conferências	(masica)	19	2		2	6	4	1		134	168	3,3	78%
8	Danças	artes cénicas	17	1	1	9	24	16	34		4	106	2.1	89%
9	Encontros		3	61	1	25	34	5	7	14	45	195	3,8	100%
10	Exposições	cultural sites		15	1		4	21	46	1	143	231	4,5	78%
11	Festivais	expressões cult.	2	1	5	1		10	2		3	24	0,5	78%
		tradicionais												
12	Formação		176	45	12	13	53	10	4	10	46	369	7,2	100%
13	Gastronomia		1	47			14	1	1	1	1	66	1,3	78%
14	Infantil		110	4	3	1	1	2			3	124	2,4	78%
15	Literatura	média impressa	9	3		39	2	3	3	5	9	73	1,4	89%
16	Mercados e Feiras	cultural sites			1		2	58	2		4	67	1,3	56%
17	Moda	design						1	1			2	0,0	22%
18	Natureza			8			2		1		58	69	1,3	44%
19	Outras		13	20	4	6	38	24	18	4	19	146	2,8	100%
20	Teatro e Dança	artes cénicas	117	5	86	1	17	7	18	1	21	273	5,3	100%
21	Tradição	expressões cult.	28	5	2	2	25	12	4	2	2	82	1,6	100%
		tradicionais												
Tot	al n.º de eventos poi	r indústria	1516	395	332	178	431	1154	415	124	610	5 155	100,0	
	le n.º de eventos por		29,4	7,7	6,4	3,5	8,4	22,4	8,1	2,4		100,0		
Tot	al n.º tipos de event	os: indústria	15	17	15	14	17	20	19	10	18			
Per	centual ao total (21)		71%	81%	71%	67%	81%	95%	90%	48%	86%			

Figura 3: Eventos e tipos de eventos de nove indústrias culturais do Porto. Fonte: elaborado pelo autor. (Principe, 2016, p. 16)

4 - Resultados

Apresentam-se a seguir os principais resultados, relativamente à questão principal de investigação da dissertação de mestrado e demais questões secundárias de maior relevância:

a) Iniciativa de Reabilitação Urbana e contributos para a comunidade local do Bonfim.

A Associação Cultural Casa Bô utiliza um prédio centenário de três andares na Freguesia do Bonfim, no Porto. O prédio estava em situação de abandono e foi feito um acordo com o proprietário para o uso do espaço para o projeto em troca da reabilitação total do espaço. Esta iniciativa trouxe benefícios para a comunidade local, uma vez que deu utilidade a uma das mais de 2.000 casas devolutas no Bonfim e cerca de 25.000 na cidade do Porto.

Além da reabilitação urbana, o projeto abriu uma nova opção cultural na Freguesia do Bonfim, atraindo sobretudo pessoas na faixa entre os 20 e 45 anos, turistas, artistas locais e em viagem, além da comunidade local. De acordo com entrevistas com responsáveis pelo pelouro de Cultura e Coesão Social, a Freguesia do Bonfim é conhecida por duas características marcantes: o "bairrismo" e cerca de 65% da população local possui 60 anos ou mais. A Casa Bô nesse sentido contribui para melhorar a coesão social da comunidade local.

b) Sustentabilidade e geração de Economia Social

Um dos pressupostos das organizações do terceiro setor é a geração de Economia Social, que reside no resultado de ações e finalidades de instituições sem fins lucrativos. A Casa Bô, como Associação Cultural, está inserida neste pressuposto, e tem mecanismos próprios para a sua sustentabilidade económica.

A Casa Bô possui baixas despesas fixas. De acordo com as estimativas realizadas, o arrendamento com valor simbólico, bem como as despesas de água e energia elétrica giram em torno de 293,00 euros mensais. Este baixo custo operacional permite à associação Casa Bô funcionar por meio de um modelo de negócio baseado na oferta de serviços sociais com a instituição e contrapartida de donativo consciente. Por esse modelo, a Casa Bô consegue ser autossustentável mesmo sem uma cobrança fixa para os eventos culturais e os jantares vegetarianos que são servidos geralmente antes de cada evento cultural.

Outra característica que colabora na sustentabilidade da Casa Bô é a existência de um numeroso capital humano envolvido com o projeto. Durante o período de recolha de dados, constatou-se a existência de mais de 170 voluntários envolvidos direta ou indiretamente com a associação.

c) Modelo de Negócio: donativo consciente e o acesso sem restrições à entrada

A Casa Bô possui uma cultura organizacional voltada para a promoção de eventos culturais que sejam abertos a todas as pessoas, inclusive aquelas que não têm condições para dar uma contrapartida financeira para participar nos eventos ou mesmo nos jantares sociais oferecidos na associação cultural. Nesse sentido, a associação criou um modelo de negócio baseado na entrada e participação dos eventos por meio de um valor sugerido que não é cobrado diretamente ao público. Há uma pequena caixa em que cada pessoa deposita o valor do donativo que considera adequado em relação ao valor do evento ou em relação às suas posses. Dessa forma, a Casa Bô consegue ter um alcance a uma parcela da comunidade que normalmente não frequentaria espaços culturais por questões sociais, geográficas e principalmente económicas.

Durante os eventos culturais registados no diário de observação, contabilizou-se o número de pessoas presentes em cada evento, o respetivo valor sugerido de donativo consciente e o valor total arrecadado. A percentagem arrecadada foi de cerca de 76% nos jantares vegetarianos, 74% nos eventos noites de poesia e 72% nos concertos musicais. Os números representam uma média. Porém, ao considerar-se números absolutos e a premissa de que quem contribuiu, o fez no valor sugerido, a percentagem de pessoas beneficiadas pela inclusão social do projeto varia entre 24 e 28% do total do público presente. De março de 2015 a março de 2017, em pouco mais de dois anos de existência da Casa Bô, houve um público estimado em mais de 12.000 pessoas. Pode-se dizer que um dos impactos sociais mais expressivos foi o fato de que aproximadamente 3.000 pessoas foram diretamente beneficiadas pela prática do donativo consciente pela Casa Bô.

O modelo de negócio da Casa Bô funciona com a retenção de parte da arrecadação total dos eventos culturais e os jantares sociais para a manutenção e sustentabilidade da associação. A associação atrai artistas para os eventos culturais e 70% do valor arrecadado é destinado ao artista e 30% para a associação. No caso dos jantares sociais, a percentagem para a associação varia de

20 a 50%, a depender da faixa do valor arrecadado e o restante é destinado ao colaborador voluntário que prepara as refeições em cada evento. A associação consegue não somente sustentabilidade económica, como também oferecer retorno económico aos voluntários e artistas que promovem a sua arte nos eventos culturais.

d) Representatividade e variedade de eventos culturais entre associações culturais e demais equipamentos

Uma característica observada na investigação empírica foi a diferença entre o perfil dos espaços associativos face aos demais equipamentos, em relação à oferta de eventos culturais. Constatou-se que as associações culturais, apesar de oferecerem um menor número total de eventos culturais em comparação aos demais equipamentos (22%), possuem uma variedade maior entre os tipos de eventos oferecidos. Por exemplo, os eventos musicais, na classificação do Viral Agenda divididos entre concertos e clubbing (música eletrónica com DJ), representam 53,7% do total dos 21 tipos e do universo dos 5.155 eventos do recorte de análise. Há uma concentração elevada na oferta de eventos musicais (divididos em duas categorias) face aos demais 19 tipos analisados. Enquanto em locais como a Casa da Música essa percentagem gira em torno de 66%, e no Hard Club o número é superior a 80%, na Casa Bô o número de eventos musicais representa 32% em relação aos demais eventos da associação no período analisado.

Outro exemplo é a oferta de eventos classificados como literatura. Em relação ao total dos nove equipamentos culturais somados, esse tipo de evento representa uma percentagem de 1,4% das 5.155 amostras. Em relação à percentagem de eventos da Casa Bô, a associação teve 39 das 178 amostras classificadas como literatura, nos eventos denominados de noite de poesia. Esse número representa 21% em relação ao total de eventos da Casa Bô e representa 53% do total de eventos de literatura dos nove equipamentos somados (73 amostras).

e) Perfil das associações culturais e demais equipamentos culturais

Observaram-se as diferenças de perfil entre as associações e os demais equipamentos culturais. Em relação à natureza dos eventos, verificou-se que os equipamentos culturais têm maior volume de eventos e tipos de eventos de característica comercial ou turística, enquanto as associações culturais possuem

mais eventos de natureza alternativa, chamados de "criatividade alternativa" ou "off" (Vivant, 2012, p.25). Isso deve-se ao fato da necessidade de os equipamentos culturais convencionais explorarem o lucro como espaços comerciais e terem um maior custo operacional para sua manutenção, enquanto as associações culturais são organizações sem fins lucrativos, com foco na sustentabilidade económica, e não buscam o lucro em primeiro plano.

Em consequência, percebe-se não somente uma diferença na quantidade de eventos oferecidos pelos dois polos, como também que a variedade na oferta também é afetada pela dicotomia entre o comercial e alternativo. Equipamentos culturais convencionais tendem a seguir uma ótica de mercado na oferta de eventos culturais, oferecendo os eventos mais atrativos em maior quantidade para a exploração de seus espaços. Nesse sentido, os eventos musicais (concertos e *clubbing*) lideram a lista de eventos com maior oferta com 53% das amostras, seguido pelos eventos classificados como formação (oficinas e cursos) pelo Viral Agenda, pelo cinema e vídeo (5,4%), teatro e dança (5,3%) e exposições (4,5%).

Em contrapartida, as associações culturais oferecem tipos de eventos alternativos em maior número e percentagem. Dentre eles, destacam-se os tipos de eventos como bem-estar (terapias e meditação) com 1,5% do total das 5.155 amostras e os eventos de literatura já citados anteriormente.

f) Acessibilidade, espaço e interação do público nos eventos culturais

Quanto à acessibilidade, ainda relacionado ao perfil entre associações e demais equipamentos, pode-se destacar a diferença no custo dos eventos para o público. Associações culturais, pela sua natureza jurídica não lucrativa, tendem a oferecer eventos de menor valor monetário ou com entrada franca, ou no caso da Casa Bô e da Associação Rés-da-Rua, em que não há valor fixo definido e a entrada é paga com um donativo sugerido.

Os espaços associativos também tendem a ser mais acessíveis por conta da sua agenda mais flexível e por conta do tipo de artista em relação aos demais espaços. Equipamentos culturais convencionais tendem a ter uma agenda mais rígida, com eventos agendados com maior antecedência e procura, havendo em muitos casos a impossibilidade de se conseguir bilhetes no próprio dia do evento. O perfil de artista contribui, pois são geralmente artistas profissionais que vivem exclusivamente da própria arte e já são reconhecidos na *media*. Já nos espaços associativos, muitos dos artistas são de perfil ainda amador ou ainda

sem grande reconhecimento público. Os eventos são geralmente agendados com menor antecedência, por conta da disponibilidade de agenda da associação cultural. Muitos artistas em trânsito ou em viagem agendam suas apresentações na véspera, ao terem conhecimento do espaço associativo apenas quando já estão na cidade, muitas vezes por indicação de moradores locais.

Quanto ao espaço e interação, tendo em vista a natureza comercial e alternativa dos esquipamentos culturais e das associações culturais, há duas distinções possíveis. Os esquipamentos culturais convencionais possuem um espaço mais formatado (no sentido de haver lugares marcados com fileiras e cadeiras fixas, etc.), com maior capacidade e conforto para o público. Enquanto isso, as associações culturais abrigam menor capacidade de público e, via de regra, oferecem menor conforto de acomodação. No entanto, tendem a ser espaços mais intimistas, em que há maior interação entre o público e propriamente os artistas que se apresentam nesses espaços. Na Casa Bô, por exemplo, antes dos eventos culturais, servem-se os jantares sociais em que se sentam à mesa o público presente, o artista e os membros da associação, favorecendo uma maior interação e coesão social desta coletividade.

g) A associação cultural Casa Bô como laboratório criativo

A associação Casa Bô possui uma cultura organizacional propícia para a criatividade. Existe uma cultura de *no blaming* (ou cultura sem censura) e que está relacionada com a ideia de se abraçar a certeza do fracasso. Uma vez que há espaço para falhas e novas experiências, há uma maior aprendizagem com esse processo (Amabile & Khaire, 2008, p. 108).

O fato da Casa Bô ser um espaço também com poucas regras e com uma agenda bastante flexível, potencia o espaço como um laboratório criativo, servindo como uma incubadora de talentos com a multiplicidade de artistas de diferentes culturas e industrias criativas, além de ser um espaço para experimentação, tanto nos eventos culturais, quanto nas interações sociais e networking que ocorre entre os frequentadores. A associação ainda serve como um local de trocas e partilha de conhecimentos, por meio das oficinas em que há espaço para aprender ou ensinar uma vocação ou um ofício. O resultado desse processo é novamente uma alta interação social favorecendo inclusão e coesão social.

5 - Uma nova teoria: os 5 Ts da Economia da Coesão Social

Com base na investigação e nos resultados da pesquisa empírica da dissertação de mestrado, propôs-se um novo modelo de teoria económica, baseado no modelo de Florida (2002, p.249) dos 3 Ts da Economia Criativa, em que cada letra significa tecnologia, talento e tolerância.

Esse modelo descreve os elementos necessários para a atração da classe criativa num determinado local geográfico (cidades), para a criação de uma economia baseada no capital humano, em profissões de base criativa, sendo denominada de Economia Criativa. A tecnologia é a ferramenta base para inovações alavancadas pela classe criativa, o talento é baseado no capital humano criativo e a tolerância é a necessidade de um local em que as condições culturais e sociais sejam suscetíveis à diversidade e abertura de pensamento.

Desenvolveu-se a partir da teoria de Florida (2002) uma nova teoria com base na estrutura organizacional da Casa Bô, em que os pilares cultural, ambiental e de solidariedade social, atuando em conjunto, favorecem um fenómeno social de aproximação de pessoas orientadas num ideal de vivência cooperativa, na criação de uma comunidade baseada em valores associativos muitas vezes em contraposição com os valores sociais da atual economia capitalista de mercado em que se vive hoje.

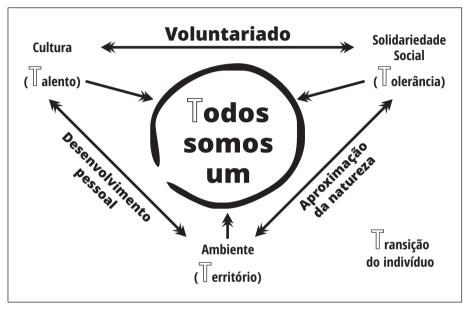
A teoria é chamada de os 5 Ts⁶ da Economia Coesão Social, em que os Ts representam as seguintes variáveis:

- Talento, sendo representado pelo pilar cultural da Casa Bô;
- Território, sendo representado pelo pilar ambiental da Casa Bô;
- Tolerância, sendo representado pelo pilar de Solidariedade Social da Casa Bô;
- Transição dos indivíduos, representando as pessoas em processo de desenvolvimento pessoal que convivem ou são atraídas para os espaços associativos;
- Totalidade ou "todos somos um", representando a coesão social do grupo de pessoas que convivem em comunhão com o espírito associativo.

Originalmente a teoria foi denominada como os 4Ts. Porém, após a conclusão da dissertação, incluiu-se ao modelo original o quinto T, a transição, o efeito de transição das pessoas que convivem nos espaços associativos.

A representação gráfica do modelo, na Figura 3, está disposta a seguir:

Figura 4: Modelo de Teoria Económica da Coesão Social, os 5Ts: Todos somos um (ao centro), circundado por Talento, Tolerância e Território, e externamente, como fator de inserção a Transição do indivíduo.



Fonte: elaborado pelo autor

O talento está relacionado com a vocação e ofício individual ou coletivo manifestado por meio da arte e cultura. Normalmente são artistas ou pessoas que desenvolvem trabalhos de criação ou iniciativas artísticas, ou são pessoas que se manifestam e procuram formas de viver por meio das artes, no desenvolvimento da sua vocação ou ofício.

O território está ligado com a procura dos indivíduos que vivem no meio urbano em alternativas de uma maior aproximação com o campo, numa maior comunhão com a natureza, num espírito em vivência mais simples em comunidade.

A tolerância está relacionada com uma interpretação mais extensiva em relação ao modelo de Florida, em que não se resume apenas numa maior abertura à diversidade humana, mas também na aceitação de ajuda ao próximo, na diminuição de carências sociais, por meio de ações de voluntariado.

A transição dos indivíduos está ligada com o perfil de pessoas que procuram ou são atraídas pelos espaços associativos. São pessoas que ainda

estão numa fase de desenvolvimento pessoal, em busca de autoconhecimento ou aperfeiçoamento de uma vocação ou ofício ligado com a sua criatividade, podendo ser artística ou não.

A totalidade ou "todos somos um" é o resultado da convergência de um local com valores associativos em que haja a o espírito dos três pilares sociais anteriores presentes. Essa comunhão resulta numa coesão social de um grupo de pessoas que vive em sociedade, mas buscam um novo modelo, um novo paradigma social, em que haja uma maior valorização da aproximação das relações humanas, em detrimento da necessidade de acumulação de capital e outros valores das sociedades de consumo.

A ideia da teoria económica da coesão social reside na compreensão e busca do bem-estar social que está atrelado ao sentimento de felicidade humana. As sociedades de consumo capitalistas e os modelos macroeconómicos de crescimento económico consideram o bem-estar social como indicador de felicidade atrelado ao nível de acumulação de capital das pessoas e dos países. Nesse sentido, países com maior IDH, PIB e renda per capita são nesse conceito países onde as pessoas são mais felizes. Os países nórdicos estão normalmente no topo dos rankings pelos altos índices nos indicadores citados.

Em contrapartida com essa linha de pensamento, há um movimento de pessoas que aos poucos vem desmistificando essa ideia de felicidade atrelada ao capital e à capacidade de consumo. Estas pessoas acreditam que a acumulação de capital e bons índices nos indicadores macroeconómicos ligados a ideia de felicidade dos povos e nações é tão somente uma condição de bem-estar social ligado a conforto, estabilidade económica e autonomia financeira. Porém, que não reflete a ideia de bem-estar social atrelado a felicidade das pessoas.

Isto porque é recorrente o fato de haver sociedades e pessoas com alto poder económico e baixos níveis de satisfação pessoal e declaradamente infelizes, como há também países ricos com altos índices de insatisfação pessoal e altas taxas de suicídio, apesar da alta capacidade de consumo e de conforto económico.

A teoria económica da coesão social tem como pressuposto considerar a ideia de bem-estar social e felicidade atrelados a um novo paradigma social que tem como pressuposto principal uma valorização das relações humanas, num sentido de vivência em comunidade numa sociedade formada por pessoas que

compartilhem valores alinhados muitas vezes em contraposição com a corrente de pensamento ainda vigente dirigida pelo ideal mercantil. Desta forma, valores sociais estimulados em sociedades capitalistas como competição e concorrência, individualidade, acúmulo de bens e capital são substituídos por colaboração e cooperação, comunidade e relações humanas mais coesas.

6 - Conclusões

O associativismo cultural constitui um contributo de valor para as comunidades locais em que está inserido. Representa uma opção cultural em freguesias em que há menor oferta de espaços culturais quando comparados aos centros urbanos ou pontos turísticos das cidades.

As associações culturais são espaços democráticos e abertos à diversidade cultural e social. Têm como foco a sustentabilidade económica e desta forma são mais abertas a diferentes tipos de manifestações de arte e cultura. Possuem também uma agenda muito mais flexível e consequentemente uma maior variedade de eventos culturais, promovidos por artistas locais ou de passagem.

As interações sociais que ocorrem nos espaços associativos são um fator que promove coesão social na comunidade local, uma vez que não há distanciamentos entre os atores sociais. O público, os artistas e os membros associativos convivem num mesmo espaço em que ocorrem sinergias e interações, muito pelo espírito comunitário das associações, quanto pelo espaço físico e ambiente que favorecem a aproximações das relações humanas. São espaços sem muitas formatações, em que não há muitas rotinas e sim a mudança constante como regra.

A Casa Bô em pouco mais de dois anos teve um forte impacto social na sua comunidade local, na Freguesia do Bonfim, no Porto. Além de reabilitar uma das 2.000 casas do Bonfim em situação devoluta, o espaço já recebeu centenas de eventos multiculturais, abrindo espaço para jovens artistas apresentarem sua arte e, por outro lado, a associação oferece ao seu público e comunidade local uma série de atividades e eventos de baixo ou nenhum custo, favorecendo uma parcela da população que, por condições económicas ou sociais, não teriam o mesmo acesso à cultura e outras mais valias ligadas ao associativismo cultural.

Percebeu-se que a associação cultural Casa Bô, além de ser uma organização social sem fins lucrativos, funciona como organismo de mudança

social, implementando inovações sociais como: a reabilitação urbana sustentável; o donativo consciente como forma de abertura sem barreiras para o público em geral; a cultura dos jantares sociais antes dos eventos como fator de agregação e coesão social dos diferentes atores que convivem ou passam pela comunidade local do Bonfim; a criação de uma agenda permanente de eventos culturais semanais na Freguesia do Bonfim (noites de poesia); a abertura e oportunidade para a comunidade na prestação de serviços voluntários; o empoderamento de pessoas em transição em busca de um novo paradigma social.

Pode-se dizer qua a Casa Bô funciona como um laboratório criativo, na medida em que, além de atrair pessoas criativas, é um espaço que favorece a criatividade pela sua natureza de muita abertura e poucas regras, pela cultura de não censura e pela desconstrução de tempo, em que se valoriza que as tanto a associação como as pessoas tenham uma agenda livre e flexível, para fluírem de maneira mais natural e criativa possível. Esse laboratório acaba por funcionar como uma incubadora de talentos, um espaço para experimentações culturais e criativas pelos artistas, um local para partilhas de conhecimento com as oficinas e principalmente um ponto de encontro heterogéneo de pessoas, de culturas e diferentes áreas do saber, propiciando interações sociais, promovendo coesão e inclusão social.

Por fim, a teoria dos 5Ts ou da Economia da Coesão Social tem como objetivo apontar para o fenómeno de desconstrução social cultivado no associativismo cultural, num processo de humanização, em que se diminui a importância do ter para ser, no intuito de não apenas se viver (em função de...), mas sim, de uma maior valorização do conviver.

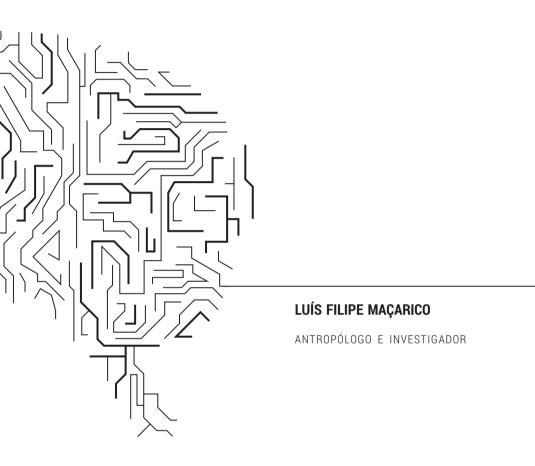
Bibliografia

- Amabile, T. M., & Khaire, M. (2008). Creativity and the role of the leader. *Havard Business Review*, 86, 100–109.
- Conferência das Nações Unidas sobre
 Comércio e Desenvolvimento
 (Unctad). (2012). Relatório da
 economia criativa 2010: Economia
 Criativa uma opção de
 desenvolvimento. Nações Unidas.
 Brasília; São Paulo: Secretaria de
 Economia Criativa/Ministério da
 Cultura; Itaú Cultural. Retrieved from
 http://unctad.org/pt/docs/ditctab201
 03_pt.pdf
- Florida, R. (2002). The Rise of the Crative Class—and how it's transforming work, leisure, community and every day life. *New York*.
- Harpring, P. (2016). Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo; Pinacoteca de São Paulo; ACAM Portinari. Retrieved from https://issuu.com/sisem-sp/docs/vocabul_rios_controlados_digital
- Instituto Nacional de Estatística, I. P. (n.d.). Censos 2011 Resultados Definitivos Região Norte. Retrieved from file:///.file/id=6571367.2788024

- Principe, A. L. Q. (2016). Associativismo e Criatividade: Inovação, Coesão Social e Mudança Sustentável: Estudo de Caso - a casa bô. Universidade do Porto. Retrieved from http://hdl.handle.net/10216/87160
- Unesco. (n.d.). UNESCO thesaurus.

 Retrieved July 3, 2017, from

 http://vocabularies.unesco.org/thesaurus
- Vivant, E. (2012). *O que é uma cidade criativa*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.



O MEU OLHAR SOBRE O ASSOCIATIVISMO¹

Sumário:

- 1 Contextualização
- 2 ¬ Identificação de alguns problemas
- 3 ¬ Propostas de Solução / Contributo. Como organizar o Museu da Colectividade
- 4 ¬ Nota Final

Comunicação - como Orador Convidado - apresentada numa Tertúlia, integrada nas comemorações do centenário do Club União Idanhense, no Centro Cultural Raiano, em 16-6-2017.

1 - Contextualização

em dúvida que o Associativismo que conhecemos deu e tem dado fabulosos frutos para a vida colectiva. A sua resiliência ao individualismo, à ausência de solidariedade e fraternidade, é de realçar. Dirigir ancestrais Filarmónicas, Clubes onde o Desporto para Todos ainda é possível ou o Teatro de Revista, servindo um público singular, são actos de resistência cultural dignos de louvor, e a troco da satisfação de poder semear bemestar na Sociedade. Todavia, diminuíram, na actualidade, as instituições associativas, existindo alguns estudos e lembranças onde se enaltece o que foi agregador nesses espaços de cintilação cultural.



Apresentando esta Comunicação, no Centro Cultural Raiano, em 16-6-2017. Fotografia do Antropólogo Eddy Nelson Chambino

Acompanho há decénios o Associativismo Popular, das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, bem como as Associações de Intervenção e Salvaguarda Patrimonial, de Desenvolvimento Local e as Casas Regionais. Fundei mesmo algumas dessas Associações. No Norte, apercebi-me que não é fácil gerir a indisponibilidade, a falta de disciplina e de entrega à representação etnográfica, através da qual se divulgam as raízes tradicionais de uma população urbanizada,

onde subsistem alguns resquícios de ruralidade. No Centro do País, participo há décadas, primeiro enquanto associado, depois como dirigente numa Associação que promove o ensino da Música, Exposições Temáticas, uma Biblioteca, um Museu Etnográfico, divulgando as actividades num boletim.

Foi doado a esta instituição o espaço, a gestão e a criação de um novo Museu, da Casa da Música. Falo de Alpedrinha, onde a disponibilidade das dirigentes rareia, devido à sua vida profissional. Cumprem-se alguns rituais: A Assembleia Geral, a sessão solene de Aniversário, o Encontro de Poetas, alguma intervenção na Festa dos Chocalhos.



A assistência escutando esta Comunicação, Centro Cultural Raiano, 16-6-17 Fotografia do Antropólogo Eddy Nelson Chambino

Em Lisboa, raras são as colectividades que durante o processo eleitoral têm mais de uma lista e boa participação de votantes. Em Almada, assisti em 2016 à entrega de Medalhas de Mérito Municipal, a dirigentes que estão à frente dos Clubes há mais de trinta anos. E no Baixo Alentejo – em freguesias de Mértola – antigas escolas foram ocupadas por Associações, cujas sedes, em alguns casos pouco mais são que tabernas...

Fui associado de mais de uma vintena de associações e dirigente de uma série delas. A observação – participante – sempre fez parte do meu olhar sobre o Associativismo, procurando actualizar a perspectiva que tenho do assunto.

2 ¬ Identificação de alguns problemas

De entre os problemas que se colocam à evolução das colectividades, destaco:

- a) A Globalização, o Desemprego, a Deslocalização, que empurrou uma parte da Juventude para a emigração.
- b) Os responsáveis que se perpetuam na rotina e na falta de actividade, não incluindo "sangue novo" nos órgãos directivos, lembrando os eucaliptos que secam tudo em redor...
- c) As exigências que se colocam aos dirigentes, com a obrigação de cumprirem legislação abundante que penaliza o Movimento Associativo Popular.

- d) A injustiça do Poder Central, taxando como objectos de luxo instrumentos musicais e equipamentos desportivos dessas escolas de Formação Cívica, que são as colectividades.
- e) A erosão de referências, memórias, objectos, em consequência da degradação de sedes, onde o Património, a pertença e a Identidade Local sofrem, perdendo-se materiais importantes para a História da Comunidade.
- f) O Mito que todas as autarquias têm sensibilidade para apoiar as associações não passa disso. Não querendo referir fenómenos de concelhos menos longínquos, ocorre-me o que constatei em Elvas, aquando da preparação para o Congresso das Colectividades de 2000.

Numa vetusta Sociedade, pujante de gente nova, a Câmara local atribuía por ano a importância que a Sociedade Musical Ordem e Progresso [então dirigida por uma equipa que coordenei] pagava por mês à senhora que limpava as instalações e lavava os equipamentos de Futsal.

3 - Propostas de Solução / Contributo. Como organizar o Museu da Colectividade²

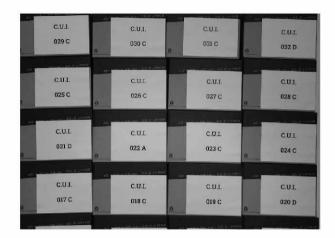
Ocorrem-me coisas aparentemente simples, mas que carecem de organização e interligação entre todos os que se disponibilizaram. Por exemplo:

Incluir jovens estudantes nos Corpos Sociais ou em Secções, onde possam desempenhar funções como esta(s): Levantamento fotográfico e documental, gravação de depoimentos, inventário de utensílios de pertença pessoal – que possam enriquecer exposição ou futuro Núcleo Etnográfico, pois através dos objectos podemos contar a história do lugar. Isto será válido, tanto para a recolha de "Histórias de Vida" como para uma publicação sobre "Heróis Desportivos", desde a fundação da associação.

Neste capítulo tive a intenção de aplicar o enunciado ao CUI. Curiosamente, a metodologia desenvolvida na Exposição para evidenciar o percurso centenário do Club União Idanhense correspondia aos pressupostos do meu texto, tendo-me congratulado por constatar a excelência e originalidade da mostra, ou não fosse o chefe de divisão [Paulo Longo] e um dos funcionários [Eddy Nelson Chambino] antropólogos, com vastos conhecimentos na matéria.

Os Museus das Colectividades, em grande parte verdadeiros Armazéns do Passado, poderiam servir de polo àqueles que procuram o genuíno. Os heróis, a música, o teatro, o desporto e as suas escolas populares, responsáveis pela criação de muitos artistas e desportistas da nossa vida cultural.

Que fazer então com o espólio da colectividade, que dirigentes ou associados benévolos coleccionaram, tentando expor numa ou mais salas (e vitrines) e da qual constam troféus,



ASSOCIATIVISMO, PATRIMÓNIO E CIDADANIA

TERTÚLIA NO ÂMBITO DO CENTENÁRIO DO CLUB UNIÃO IDANHENSE

Orador Convidado: Luís Maçarico, Antropólogo

Centro
Cultural
Cultu

16 de Junho de 2017, 21h30 Centro Cultural Rajano, Idanha-a-Nova

Cartaz da Tertúlia onde a presente comunicação foi apresentada Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

medalhas, placas comemorativas, fotografias de atletas, das diversas modalidades, de artistas que começaram ou visitaram o clube e demais imagens referentes à convivialidade, aniversários, festas, etc. E também recortes de jornais, actas antigas, imprensa associativa e outra.

<u>Primeira Tarefa:</u> selecionando materiais, aliviando o amontoado documental que conferem ao espaço, desde a sua criação, o aspecto de armazenamento do que resta do Passado. Constituir e activar uma Comissão do Museu. Pesquisas Bibliográficas sobre Museologia e Associativismo, criando fichas para cada objecto, documento ou colecção fotográfica, na sequência do Inventário.

<u>Segunda Tarefa:</u> criar um espaço de reserva, onde os materiais julgados não prioritários sejam guardados em boas condições de acondicionamento, controlando-se traças e humidades.

<u>Terceira Tarefa:</u> assegurar um espaço expositivo central apelativo, onde serão mostrados:

 Os Fundadores; as actas mais antigas; fotografias da época; texto contextualizando o tempo histórico, do nascimento da colectividade, que tenha em conta a linguagem acessível e uma síntese dos primeiros anos de existência da instituição.



Exposição no Centro Cultural Raiano sobre os 100 Anos do Club União Idanhense Fotografias do Autor

<u>Quarta Tarefa:</u> segunda Parte do espaço Expositivo Permanente...

Expôr fotos e documentos (cartões, fichas) de personalidades notáveis da Comunidade, que foram e/ ou são associados, com breves biografias, onde se destaque e junte a memória dos associados mais antigos vivos.

Quinta Tarefa: exposições temporárias (renováveis em cada semestre) com temas associativos tipo Memórias de uma Modalidade desportiva; Memórias de uma Actividade Cultural (por décadas até à actualidade); Memórias de Dirigentes Marcantes (da Fundação até ao final do século XX).

<u>Sexta Tarefa:</u> exposições temporárias, alternando com as da Quinta Tarefa. Tipo: Ateliers de Pintura (de crianças filhos de associados, jovens, mulheres e idosos ligados ao clube). Um livro, um escritor - com partes da obra e biografia do Autor. Patrimónios - Fotografias dos Associados sobre o distrito de Castelo Branco, etc.

<u>Sétima Tarefa:</u> catálogo Geral do Museu. Convidar Associativistas e Académicos para escrever.

Considero que o Concelho ganhará um novo pólo de atracção, quer para os residentes, quer para os visitantes. Nele se evidenciará o valor humano, que ao longo de um século se reflectiu no Club União Idanhense, enquanto microcosmos deste território da Raia. Sendo uma terra que salvaguarda o seu Património, Idanha merece tudo aquilo de bom que o Futuro reserva para esta e todas as suas colectividades.

4 - Nota final

Primeiro foi a Lei das Rendas em que uma colectividade, que pagava 100 - 200 euros pelo arrendamento, foi avisada que ira ter de pagar 2.000 / 2.500. Algumas encerraram, pois não conseguiam ter actividade no bar ou noites de Fado suficientes, para pagar as despesas que também são de gás, água, luz, etc.

Passada essa fase sobreveio o da venda do edifício onde a colectividade está situada, a estrangeiros, que metem ordens de despejo, aos inquilinos e à entidade associativa. Acabo de saber que a Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, onde fiz Teatro e onde começaram grandes actores portugueses, no tempo da Censura, como Henrique Viana, Glicínia Quartin, Jacinto Ramos, José Viana, Raúl Solnado, Varela Silva, foi vendida a brasileiros para transformar todo o prédio em Hotel. Ao mesmo tempo no Grupo Dramático e Escolar "Os Combatentes" surgiram manobras similares.

A turistificação pode conduzir à perda de patrimónios como este e da própria identidade local, se as autarquias não assegurarem o interesse comunitário, permitindo que a economia devore a escala humana. Se assim continuarmos, não duvido que nos vamos tornar nos serviçais da Europa rica, que escolhe "Marrocos da Europa", como dizem os ingleses, para passar férias de sonho, com bom clima, boa gastronomia e servilismo...

Referências Bibliográficas

- LEITÃO, Simão Cardoso [et al] 2009, "Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal". Lisboa. Edição Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura. Recreio e Desporto.
- MAÇARICO, Luís Filipe, 2016, "Um Olhar sobre a resistência cultural associativa", in Joana Dias Pereira, Alice Samara, Paula Godinho (org.) "Espaços, redes e sociabilidades Cultura e política no movimento associativo contemporâneo", Lisboa, Instituto de História Contemporânea/ FCSH/ NOVA, pp. 62-78 [E-Book/ Em linha1
- https://run.unl.pt/bitstream/10362/1834 0/1/Espacos_redes_e_sociabilidades.p df [consultado em Junho de 2017]
- MACARICO, Luís Filipe, 2010, "Associativismo, Património e Cidadania", Lisboa. Edição Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Aldraba e Grupo Dramático e Escolar "Os Combatentes".
- MAÇARICO, Luís Filipe, 2002, "Guia das Colectividades de Lisboa Lapa", Lisboa, edição CML/Desporto.

- MAÇARICO, Luís Filipe, Leandro, Alexandra [et al] 2002, "Os 150 Anos da Sociedade Filarmónica Alunos Esperança". Lisboa, Edição CML/Desporto.
- ORNELAS, José [et al] 2013, "Liderança Comunitária Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos", Lisboa, Edição Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura. Recreio e Desporto.
- PRATAS, Sérgio, 2016, "Um Outro Olhar sobre o Associativismo Popular", Lisboa, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.



Visita à Associação de Regantes de Idanha-a-Nova 17-6-17 Fotografia do Antropólogo Eddy Nelson Chambino

Agradecimentos

Albano Ginja

Dirigente Associativo: ACCL, Aldraba, Clube de Sargentos da Armada

Carlos Branco

Dirigente da Raia Gerações

Eddy Nelson Chambino

Antropólogo / Câmara Municipal de Idanha – a - Nova

Joaquim Jorge

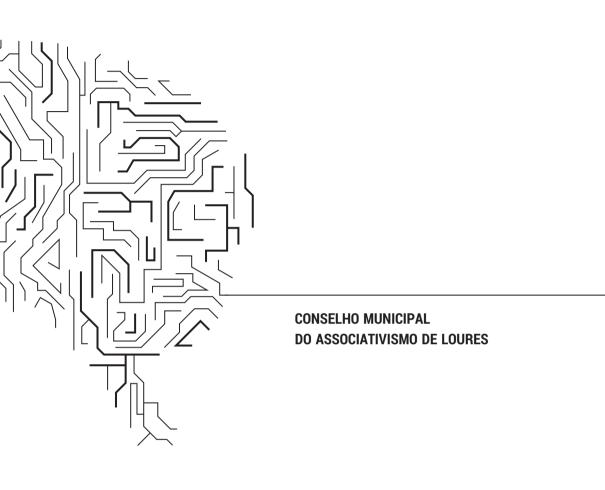
Antropólogo / Câmara Municipal de Loures

Pedro Franco

Presidente da Direcção da ACCL

Sérgio Pratas

Vice-Presidente da CPCCRD



REPERTÓRIO PARA INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS

Sumário:

Introdução

Confiança

Inovação

Participação

Transparência

Aspectos de carácter reivindicativo

Introdução

genericamente reconhecido que um dos problemas com que o ■ Movimento Associativo Popular se debate é a falta de dirigentes, homens e mulheres, que por diversas razões identificadas não se disponibilizam para ocupar cargos directivos, nomeadamente no órgão Direcção. Essa lacuna acentua-se se falarmos de jovens que assegurem a renovação e o rejuvenescimento necessário ao presente e para o futuro do Associativismo.

Por outro lado, face aos avanços na tecnologia, à alteração dos paradigmas na sociedade, os modelos de condução de uma associação requerem novos e mais conhecimentos, exigem capacidade de adaptação, mas também resiliência para enfrentar essas realidades.

Com essa consciência, o Conselho Municipal do Associativismo do Município de Loures decidiu criar um grupo de trabalho específico para promover a caracterização dos problemas das 220 Colectividades, Associações e Clubes existentes no Concelho e apresentar sugestões/propostas como contributo para possíveis soluções.

Após auscultação de Dirigentes das Colectividades, IPSS e Técnicos Municipais nas áreas da Cultura e do Desporto, o grupo de trabalho assinalou as dificuldades abaixo reproduzidas, que foram vertidos em folheto próprio com o apoio da Câmara Municipal de Loures, e, em forma de recomendações, remetidas a todo o tecido associativo no Concelho (e agora dadas a conhecer ao movimento associativo nacional):

Consigna:

"APROXIMAR O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DAS POPULAÇÕES E AS POPULAÇÕES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO"

Propósito:

Compilação de um "Repertório para Inovação e Boas Práticas Associativas"

Ideias-chave



Confiança

- Garantir a actualização dos Estatutos, em conformidade com a lei e configurados para viabilizar a participação activa e directa dos associados
- Assegurar a realização das reuniões dos órgãos associativos, com a sua publicitação antecipada e mecanismos de participação dos associados sempre que possível
- Prestação regular de contas adoptando mecanismos de conhecimento geral
- Promover o relacionamento com entidades e movimentos sociais, formais e informais, de forma a acompanhar, conhecer e intervir, em ordem a conferir visibilidade, significado e relevância no espaço geográfico da Associação e impulsionando os pressupostos de adesão
- Adoptar formas de profissionalização em Associações de maior dimensão, nos domínios que requeiram disponibilidade completa, capacitação, competências e qualificações
- Proceder à requalificação das instalações associativas, sociais, culturais e desportivas
- Diferenciar expressivamente os benefícios dos sócios face aos não sócios, em toda a actividade realizada e serviços prestados
- Adesão, integração e participação em mecanismos federativos e confederativos

Inovação

- Atenção a uma renovação e rejuvenescimento continuados nos Órgãos Sociais, sempre que possível
- Solicitar e obter a colaboração dos associados na elaboração dos instrumentos de gestão. Orçamentos participativos, consultas sobre decisões estruturantes e outras
- Modernização dos instrumentos de informação e cobrança de quotização, designadamente com recurso às novas tecnologias disponíveis
- Abrir novas actividades associativas, perenes, sazonais e/ou pontuais, especialmente dirigidas a jovens em idade escolar
- Fomentar a participação dos dirigentes em acções formativas e informativas destinadas a dirigentes associativos
- Desenvolver acções de qualificação e capacitação de associados e voluntários
- Promoção de iniciativas intergeracionais (Jogos Tradicionais e outros)
- Abertura de espaços de participação informal dos jovens
- Sensibilização dos Agrupamentos Escolares, Corpos Directivos e Professores para promoção de debates e informação nas escolas, sobre o Voluntariado e o Associativismo
- Gerar ofertas dirigidas à comunidade educativa (recepção de grupos nas instalações; realização de actividades de experimentação; etc)
- Desenvolver mecanismos de cooperação inter-associativos
- Promover a diferenciação positiva da condição de membro de uma Associação (vantagens objectivas, para além das afectivas)
- Geminação com Associações congéneres para apoio mútuo, troca de experiências e promoção de actividades conjuntas

Participação

- Atribuição de tarefas a todos os Dirigentes eleitos
- Assunção do princípio "fazer com os sócios" e não apenas "fazer para os sócios"
- Acolher novas aspirações associativas colectivas
- Institucionalização de momentos específicos para a entrega de cartões aos associados a novos aderentes. Aproveitar o momento para conversar sobre a associação, os seus propósitos e convite para um envolvimento efectivo

- Envolver as comunidades e as famílias na vida da Associação
- Aumentar ligação aos Associados e ao meio envolvente através das redes sociais
- Promover Planos de Actividades Participados, com participação aberta à comunidade
- Adoptar alterações estatutárias conferindo prerrogativas especiais a filhos de associados visando o seu envolvimento imediato com a associação desde o nascimento até a idade de opção
- Estabelecer a possibilidade estatutária de fixar quotização familiar, viabilizando a ligação directa de todo o núcleo familiar com a associação
- Prestar informação pública dos horários das actividades
- Desenvolver acções específicas para "recrutamento" e envolvimento (participação, produção e enquadramento) de associados nas actividades associativas
- Propugnar por alterações ao Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário para promover a participação associativa e o voluntariado
- Requerer a equiparação dos Dirigentes Associativos Jovens (até 30 anos) aos Dirigentes nas Associações Juvenis.

Transparência

- Ponderar a limitação de mandatos, a exemplo das Autarquias ou IPSS, como instrumento de rejuvenescimento e renovação associativa
- Apresentação aos Associados de Orçamentos e Contas de Gerência
- Requerer pareceres efectivos e recomendações sobre os Orçamentos e Relatórios e Contas ao Conselho Fiscal ou TOC, como instrumento inquestionável de escrutínio e fiscalização da actividade financeira da associação
- Limitar a transformação da Associação em empresa para prestação de serviços, sem prejuízo do recurso a prestadores de serviços, embora sem alienação da representação, condução, fiscalização e prestação de contas do exercício daquela em nome da associação
- Impulsionar a democracia interna:
 - Assegurando reuniões regulares dos Órgãos Sociais
 - Promovendo as decisões colectivas
 - Envolvendo o maior número possível de associados em cada decisão

• Instituir Conselhos Consultivos para alargar a participação, e desenvolver a preparação de futuros dirigentes

Aspectos de carácter reivindicativo

Da esfera do Poder Central (Assembleia da República e Governo)

- Apoios à requalificação das instalações associativas, sociais, culturais e desportivas
- Alterações ao Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário para promover a participação associativa e o voluntariado
- Equiparação dos Dirigentes Associativos Jovens (até 30 anos) do restante movimento associativo aos Dirigentes nas Associações Juvenis
- Sensibilização dos Agrupamentos Escolares, Corpos Directivos e Professores para promoção de debates e informação nas escolas, sobre o Voluntariado e o Associativismo
- Integração nos programas escolares da história, relevância e benefícios colectivos do movimento associativo e do voluntariado

Da esfera do Poder Local (Autarquias)

- Plano de formação anual compatível com os interesses e necessidades dos dirigentes associativos
- Apoio a análise dos Estatutos em vigor das Associações e auxiliar na sua actualização
- Apoio à requalificação de instalações do movimento associativo
- Realizar sessões nas escolas, sobre o fenómeno associativo e o voluntariado e acções de ligação dos alunos ao meio associativo
- Estimular as candidaturas à atribuição do estatuto de Utilidade Pública

O Grupo de Trabalho

Rui Pinheiro

ADAL - Associação de Defesa do Ambiente de Loures

Fernando Vaz

Associação das Colectividades do Concelho de Loures

Dulce Forte

AESS - Associação Economia Solidária e Sustentável

Fernando Lopes

Sociedade Filarmónica União Pinheirense

Ana Mata

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures

Susana Damasceno

Aidglobal - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Puhli cações

ARTUR MARTINS

CONSELHO CIENTÍFICO DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

DEOLINDA NUNES

DIRIGENTE ASSOCIATIVA E MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

LIDERANÇA COMUNITÁRIA

Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos

Sumário:

- 1 ¬ Introdução
- 2 ¬ Síntese
- 3 Conclusões Finais

1 - Introdução

livro em referência, Liderança Comunitária – Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos, de autoria de José Ornelas, que coordenou e outros, foi apresentando em Lisboa, no Auditório do



Montepio Geral, no dia 6 de Abril de 2013, no âmbito de uma reunião do Conselho Nacional da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD).

Com o apoio das Fundações Calouste Gulbenkian e Montepio, do ISPA-IU e da CPCCRD, cinco dirigentes associativos voluntários, indicados pela Confederação, concorreram e entraram no ISPA-IU – licenciatura de Desenvolvimento Comunitário (Artur Martins, Cátia Matos, Deolinda Nunes, Faustino Varela e Luís Costa). E com dois objetivos: ao mesmo tempo que se formavam enquanto alunos, colaboravam na investigação/estudo sobre os dirigentes associativos.

Simultaneamente, pelo interesse do tema, juntaram-se a estes cinco dirigentes, o Mestrando José Jerónimo e o Doutorando

Tiago Seixas. Podemos afirmar que estamos perante uma experiência muito bemsucedida, completamente inovadora e única. A colaboração da Mestre e Doutoranda Teresa Duarte e do Professor Doutor José Ornelas coroaram de êxito o projecto.

Autores:

- José Ornelas (coordenador), doutorado em Psicologia, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (1999). Professor Associado com Agregação no ISPA- Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- Teresa Duarte, Mestre em Psicologia Comunitária ISPA Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- Tiago Seixas, concluiu Mestrado em Psicologia Comunitária ISPA Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida em 2009. Frequentou Doutoramento em Psicologia, especialização Psicologia Comunitária ISPA Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida em 2010 / 2011. Assistente de Investigação no ISPA Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, entre Set/2009-Jan/2013.
- José Jerónimo, Mestrando em Psicologia Comunitária ISPA Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- Artur Martins, Cátia Matos, Deolinda Nunes, Faustino Varela e Luís Costa, alunos da licenciatura de Desenvolvimento Comunitário, de 2009 a 2012-ISPA, que concluíram com aproveitamento.

O estudo em apreço visava elaborar a aproximação a uma definição de liderança comunitária, através de uma investigação - acção com a participação activa dos próprios dirigentes associativos. Trata-se, portanto, de um estudo colaborativo entre a academia e o movimento associativo popular, com a intervenção directa dos dirigentes associativos voluntários.

De entre os objetivos que enformam este trabalho podemos destacar os seguintes:

- Conhecer os dirigentes associativos voluntários DAV (suas motivações e necessidades);
- Identificar os reflexos da actividade associativa na vida profissional e familiar do dirigente associativo voluntário, enquanto membro da comunidade;
- Contribuir para a definição do conceito de Liderança Comunitária, através de um estudo colaborativo entre academia e os dirigentes associativos (investigação-acção);

 Identificar instrumentos de apoio aos dirigentes associativos de modo a suprir algumas necessidades, no sentido de uma melhoria do associativismo.

Neste estudo pretendeu-se igualmente percepcionar a relevância do papel do dirigente associativo voluntário e benévolo enquanto cidadão, membro da comunidade e líder promotor do sentimento de pertença e de comunidade.

2 - Sintese

a) Evolução do conceito de liderança e a liderança comunitária

Para dar respostas às questões que levaram à execução deste estudo, primeiramente fomos conhecer a evolução do conceito de "liderança". Para tal a equipa de investigação realizou uma ampla revisão de literatura sobre o tema



liderança e da investigação colaborativa, acompanhada por discussões entre os seus membros.

O conceito de "liderança" evoluiu ao longo dos anos. Kurt Lewis, entre as teorias comportamentais de liderança, destacou três estilos diferentes de liderança: autocrática ou autoritária, democrática e liberal ou "laisser-faire". Faz-se uma breve referência às teorias situacionais da liderança. A partir do trabalho de Burns

(1978) desenvolveram-se os estilos transaccional e transformacional, que persistem na abordagem contemporânea de liderança. Outras teorias foram analisadas, nomeadamente de autores que começaram a dar maior ênfase aos seguidores no processo de liderança, o conceito de liderança autêntica e, também, a questão dos líderes. Finalmente foi analisado o processo de liderança colaborativa.

A equipa de investigação fez uma vasta pesquisa sobre a liderança em contexto comunitário, dado que foi esse o escopo do estudo: fazer uma aproximação à definição de liderança comunitária, através de um estudo colaborativo entre academia e os dirigentes associativos (investigação-acção). pp. 39-49. Da análise efetuada, destacam-se três características da liderança comunitária: Visão, Compromisso, Conhecimento.

b) _ Investigação colaborativa (Percurso; Métodos e instrumentos)

No trabalho em análise aborda-se a problemática da investigação colaborativa, dado ser essa a base em que foi desenvolvido o estudo e, por outro lado, descreve-se o percurso dessa investigação, pontuando-o com alguns momentos mais significativos.pp. 52-68.

Para a elaboração deste estudo optou-se pela utilização do multi-método (quantitativos e qualitativos): "Vários autores têm apontado para as vantagens da utilização do multi-método, referindo que a integração dos dois métodos num mesmo estudo permite responder de forma mais aprofundada às questões de investigação e confere uma maior solidez ao trabalho de pesquisa" (Barker & Pistrang, 2005; Kloos et al., 2012; Ornelas, 2008; Patton, 1990; Tebes, 2005)

Neste quadro foram dados os seguintes passos: grupos focais (focus-group) com a participação de 57 dirigentes associativos; entrevista com guião semiestruturado; e realização de um inquérito com recurso a questionário, que foi enviado para 2.570 colectividades, das quais responderam 377 e que permitiram a validação de 350 questionários.

c) _Apresentação dos Resultados.pp. 96-147

- Grupos focais
- Entrevista(s)
- Questionário

d) _Discussão dos Resultados e Conclusões

Da análise aos dados obtidos concluiu-se que os factores de motivação para o associativismo advêm do interesse pela actividade/modalidade que praticam nas colectividades; da necessidade de desenvolvimento e valorização



pessoal, dado que as colectividades são espaços de formação, através da aquisição de novos conhecimentos e competências que também utilizam a nível profissional e pessoal; do sentimento de pertença e de comunidade e da consciencialização da participação cívica. Estes resultados são consistentes com os de outros estudos sobre esta temática.

No que se refere às diferenças entre dirigentes associativos voluntários e voluntários não dirigentes, nos DAV o compromisso é mais forte, a responsabilidade mais exigente e a participação na vida da colectividade e na vida associativa, em geral, torna-se mais efetiva.

Os reflexos da actividade associativa na vida profissional e familiar do dirigente associativo voluntário passam pelos benefícios na vida profissional (aquisição de competências interpessoais; capacidade de análise e de resolução de problemas; capacidade de liderança; riqueza cultural; formação para a vida pública). Quanto à relação familiar cotejam-se custos e benefícios. Dos primeiros: falta de tempo para a família; conflitos familiares; eventual dissolução da família. No que respeita a benefícios: apoio e envolvimento familiar; negociação e equilíbrio; fortalecimento das famílias e criação de novas famílias.

No que se refere a competências e experiências de liderança dos dirigentes associativos voluntários descrevem-se oito dimensões: compromisso comunitário; visão sobre o futuro da comunidade; envolvimento cívico e eficácia colectiva; coesão social; conhecimento da comunidade; desenvolvimento da eficácia pessoal; comunicação com outras organizações; envolvimento de novos dirigentes. Sobre este importante tópico (pp. 154-173) breves notas:



- O compromisso comunitário é muito forte em todos os dirigentes que participaram no estudo. De entre as dimensões de liderança, foi a que apresentou valores mais elevados. Engloba o sentimento de pertença, a apreciação da comunidade e a valorização dos contributos dos seus membros. A experiência associativa assenta em: sentimento de pertença ao grupo; influência mútua; integração; resposta às necessidades; partilha e apoio de outros membros.
- Quanto à visão sobre o futuro da comunidade conclui-se que, para uns, se focaliza essencialmente na melhoria do movimento associativo, em termos de eficácia e eficiência do trabalho desenvolvido; para outros, alarga-se ao nível comunitário e inclui a perspectiva de uma comunidade melhor.
- Envolvimento cívico refere-se à confiança dos dirigentes sobre as suas capacidades de intervenção na vida pública da comunidade e de colaboração na resolução dos problemas locais. Os dirigentes têm uma percepção positiva sobre a sua capacidade de intervenção e influência na vida da sua comunidade. Mais do que um sentimento de eficácia pessoal, o que ressalta dos testemunhos dos dirigentes é a percepção da eficácia colectiva das associações.
- Coesão social refere-se à percepção dos dirigentes sobre as relações de colaboração e partilha que estabelecem com os outros membros, bem como sobre a sua capacidade de negociação e estabelecer consensos na definição de objectivos e na prossecução das actividades da

- organização. As atitudes mais positivas de coesão social estão fortemente associadas à experiência dos dirigentes em trabalhar com diferentes pessoas e em diferentes contextos.
- Conhecimento da comunidade refere-se ao nível de informação que os dirigentes possuem sobre os problemas, necessidades e recursos locais, bem como sobre o funcionamento e dinâmica das organizações. A experiência associativa aumenta o nível de conhecimento da comunidade e a habilidade para mobilizar e desenvolver novos recursos.
- Desenvolvimento da eficácia pessoal: a maioria tem predisposição para procurar aumentar o seu nível de conhecimentos e desenvolver as suas competências de liderança. É necessária uma maior formação e qualificação dos dirigentes associativos e das suas organizações, no sentido de aumentar a eficácia da intervenção.
- Envolvimento de novos dirigentes: a generalidade refere que o envolvimento dos jovens é uma condição para assegurar a manutenção, a vitalidade e a inovação da ação das coletividades. Por outro lado, denotam preocupação em relação à capacidade das organizações em assegurar uma nova geração de dirigentes e também criar oportunidades para que os jovens possam assumir e desempenhar um papel mais relevante no planeamento e gestão das organizações e nos órgãos sociais, trabalhando em colaboração com os mais experientes.

3 - Conclusões Finais

- Os dirigentes associativos voluntários são motivados por um forte sentimento de comunidade e sentido de responsabilidade cívica e estão empenhados em contribuir para o desenvolvimento das suas comunidades.
- A maioria dos dirigentes associativos possui um elevado grau de compromisso comunitário e uma percepção positiva sobre os seus talentos de colaboração com os outros, de envolvimento e participação cívica, de construção de uma visão partilhada e disposição para adquirir novos conhecimentos e aumentar o nível de eficácia do seu trabalho.
- A formação para a liderança e as relações estabelecidas com outras organizações da comunidade são determinantes para o



desenvolvimento da capacidade de liderança comunitária. A melhoria da qualidade e da eficácia do trabalho das colectividades implica um maior investimento no desenvolvimento do capital humano e na qualificação das organizações, bem como no fortalecimento do seu capital social.

- Propõe-se o desenvolvimento de programas de formação que incidam nos conhecimentos, técnicas e instrumentos que facilitem a mobilização e a operacionalização do capital social nas comunidades. Consubstanciados em: construção e gestão de redes e parcerias comunitárias; desenvolvimento de relações de confiança e colaboração interinstitucional; avaliação das necessidades comunitárias; planeamento, desenvolvimento e avaliação colaborativa de projetos; mobilização de recursos comunitários.
- Os dirigentes associativos podem desempenhar um papel fundamental
 na promoção de sinergias colaborativas, mobilizando a participação
 dos cidadãos e das organizações, fortalecendo as ligações e as parcerias
 locais no sentido de melhorar a capacidade colectiva de resolução dos
 problemas complexos da comunidade.
- A colaboração organizada dos cidadãos e de entidades distintas na prossecução de objectivos comuns é um mecanismo de fortalecimento da liderança comunitária, contribuindo para uma maior eficácia e sustentabilidade dos processos de mudança e melhoria da vida das comunidades.

CONDIÇÕES**PARASUBMISSÃO**

1 - "Tema em destaque" e "Estudos"

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das sequintes secções: "Tema em destaque" e "Estudos".

Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* de 2019, a publicar em novembro de 2019): GOVERNAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES

2 - Normas para os autores

- 1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 2 · A contribuição deve ser original e inédita.
- 3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
- 4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
- 5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
- 6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
- 7 · Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos conferem à Análise Associativa o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 - Contactos para submissão

geral@cpccrd.pt
ou smpratas@gmail.com

A Análise Associativa terá, assim, dois objetivos centrais, já (de algum modo) enunciados. Pretende-se contribuir para uma maior visibilidade do movimento associativo "de integração social" e do trabalho por este produzido, sobretudo em Portugal. Esse é um primeiro objetivo assumido. Pretende-se, em segundo lugar, contribuir para a produção e divulgação de conhecimento científico sobre as associações "de integração social".

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por



Cofinanciado por





